



Diário Oficial do Poder Legislativo

3ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 5 DE MARÇO DE 2009

Nº 3733

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice-Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice-Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim
BPR - Josemir Anute
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Donald Fernandes
PP - Maria Antonia
DEM - Nogueira Lima
PSB - Delorgem Campos
PPS - Idalina Onofre
PMN - José Luis
PTN - José Carlos
PT do B - Gilberto Diniz
Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua
de S.
PPS - Idalina Onofre.
PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.
PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.
BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva, Josemir Anute.
PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.
PMN - José Luis, Elson Santiago.
PP - Maria Antonia.
DEM - Nogueira Lima
PTN - José Carlos.
PT do B - Gilberto Diniz.
Sem Partido - Luiz Calixto.

2TM SESS^{VO} SOLENE DA 3TM SESS^{VO} LEGISLATIVA DA 12TM LEGISLATURA

Realizada em 5 de marÁo de 2009
Presidência: **Deputado EDVALDO MAGALH**ves
Secretaria: **Deputada ANTONIA SALES**

PRESENTES: Deputados Ney Amorim, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do **PT**; Edvaldo Magalh,es, Moisés Diniz e Helder Paiva, do **BPR**; Antonia Sales e Chagas Rom,º, do **PMDB**; Delorgem Campos, do **PSB**; Elson Santiago e JosÊ Luis, do **PMN**; Idalina Onofre, do **PPS**; Maria Antonia, do **PP**; Nogueira Lima, do **DEM**.

AUSENTES: Deputados Francisco Viga e PerpÊtua de S, do **PT**; Josemir Anute, do **BPR**; Donald Fernandes, Luiz Gonzaga e Mazinho Serafim, do **PSDB**; Walter Prado, do **PSB**; JosÊ Carlos, do **PTN**; Gilberto Diniz, do **PT do B**; e Luiz Calixto, **Sem Partido**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH**ves) ã Sob a proteÁ,º de Deus iniciamos os nossos trabalhos. A vontade que eu tenho de dizer hoje Ê: meninos e meninas, sejam bem-vindos ao plen-rio da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. Devo dizer que este plen-rio nunca esteve t,º belo.

Convidamos a vice-Presidenta da Casa, Deputada Antonia Sales; a Desembargadora Eva Evangelista; a Promotora Alessandra Marques; a Assessora Especial do Gabinete do Governador, Maria de Ara`jo Aquino; a Prefeita do Município de BrasilÊia, Leila Galv,º; a Secret-ria Executiva da ArticulaÁ,º de Mulheres do Acre, Nadir Moraes, para comporem a Mesa.

No cotidiano dos nossos debates políticos, nós temos sempre a honra de contar com a cobertura de v-rios jornalistas e aqui no Acre a maioria dos profissionais que faz a cobertura jornalística da Assembleia s,º mulheres. Ent,º, gostaríamos de convidar a vice-Presidenta do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Acre, companheira Jane Vasconcelos, para compor tambÊm a Mesa.

Procuramos convidar mulheres que representam diversos segmentos e fazer uma citaÁ,º nominal seria correr um sÊrio risco de cometer erros. PorÊm, ressalto a participaÁ,º do Presidente da FederaÁ,º das Ind`strias que fez quest,º de acompanhar as suas meninas. Temos aqui trabalhadoras rurais, representantes de diversos movimentos sociais organizados, de instituiies, as margaridas, ou seja, procuramos dar um ar bem plural a esta solenidade. Convidamos tambÊm personalidades que lidam com o cotidiano da violncia praticada contra as mulheres. Sejam bem-vindas.

Para iniciar a nossa Sess,º, convidamos os cantores lamo K-rio, Elias Sarquis, Luiz Ivam e o ator Ivan de Castela, os quais far,º uma apresentaÁ,º. (PAUSA)

Com a palavra o Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOIS...S DINIZ** (Líder do Governo) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia, meninas. Eu estava pensando que se os m`sicos cantassem aquela m`sica do Martinho da Vila, iMulheres, seriam vaiados. Conversando com a Carla, eu dizia: iCarla, eu estou sentindo um ar diferente aqui, o ar est- leve, como o de um Município como o Jord,º, puro. Certos dias, aqui, o ar Ê como o de S,º Paulo, pesado. ... quando su tem homens.

Eu estava refletindo, que nós fazemos tantas homenagens às mulheres; j- falamos da violncia domÊstica, violncia das ruas. s vezes, os n`meros que nos chegam da Delegacia da Mulher nos assustam e nos deixam tristes. Foi falado tambÊm da dupla jornada de trabalho, do sal-rio diferenciado entre homens e mulheres para a mesma funÁ,º e pensei: hoje eu vou dialogar com as meninas que est,º sendo homenageadas sobre o que Ê um imulher,ºi.

O que Ê um mulher,º?

PeÁa para um homem idiota descrever um mulher,º. Ele imediatamente vai falar do tamanho dos seios, na medida da cintura, no volume dos l-bios, nas pernas, bumbum e cor dos olhos. Ou vai dizer que mulher,º tem que ser loira, 1,80 m, siliconada, sorriso Colgate. Mulheries assim n,º passam de um conceito vazio.

Agora pergunte para uma mulher ou para um homem verdadeiro o que eles consideram um mulher,º. Al, a gente descobre que tem uma em cada esquina, que tem um mont,º delas por al.

Mulher,º Ê aquela que pega dois `nibus para ir ao trabalho e mais dois para voltar e quando chega em casa encontra um tanque lotado de roupa e uma famlia morta de fome. Mulher,º Ê aquela que vai de madrugada para a fila garantir matrícula na escola, Ê aquela aposentada que passa horas em pÊ na fila do banco para buscar uma pens,º de alguns mseros reais.

Mulher,º Ê a empres-ria que administra dezenas de funcion-rios de segunda a sexta, e uma famlia todos os dias da semana.

Mulher,º Ê quem volta do supermercado segurando v-rias sacolas depois de ter pesquisado preÁos e feito malabarismo com o orÁamento.

Mulher,º Ê aquela que se depila, que passa cremes, que se maquia, que faz dieta, que malha, que usa salto alto, meia-calÁa, ajeita o cabelo e se perfuma, mesmo sem nenhum convite para ser capa de revista.

Mulher,º Ê quem leva os filhos na escola, busca os filhos na escola, leva os filhos na nataÁ,º, busca os filhos na nataÁ,º, leva os filhos para casa, conta histrias, d- um beijo e apaga a luz.

Mulher,º?! Aquela m,e de adolescente que n,º dorme enquanto ele n,º chega, e que de manh,º bem cedo j- est- de pÊ, esquentando o leite.

Mulher,º Ê quem trabalha em troca de um sal-rio mínimo, quem faz serviÁos volunt-rios, Ê quem colhe arroz, Ê quem opera pacientes, Ê quem lava roupas para fora, Ê quem bota a mesa, cozinha o feij,º e  tarde trabalha atr-s de um balc,º.

Mulher,º Ê quem cria os filhos sozinha, quem d- expediente de oito horas e enfrenta menopausa, TPM e menstruaÁ,º.

Mulher,º Ê quem sabe onde cada coisa est-, o que cada filho sente e qual o melhor remÊdio para azia.

Mulher,º Ê quem, se ainda sobrar um tempinho, espreme as espinha do marido, arranca os pelos encravado da barba dele e est- sempre disposta a uma noite de amor.

Mulher,º mesmo Ê aquela que est- ao teu lado e te faz feliz.

(Sem revis,º do orador)

A Senhora Presidenta (**ANTONIA SALES**) ã Com a palavra a Desembargadora Eva Evangelista.

Desembargadora **EVA EVANGELISTA** ã Excelentssimo Senhor Deputado Edvaldo Magalh,es, Senhora Deputada Antonia Sales, eu cumprimento todos os Deputados presentes e essa Mesa maravilhosa. E quero comeÁar pedindo permiss,º para cham- las de meninas. Eu gostei muito da express,º ipara as meninas, usada pelo Deputado Moisés Diniz e quando mencionou que Êramos meninas eu fiquei extremamente satisfeita, porque com quase 60 anos ser chamada assim, cala-me fundo ao coraÁ,º.

Eu quero agradecer a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, pela generosidade do convite, por trazer todas estas mulheres da mais alta representatividade do nosso Estado. Todas as mulheres de um universo que contribui para uma sociedade mais justa em nosso Estado. Eu n,º vou fazer um discurso porque a poesia do Deputado Moisés Diniz, sobre o mulher,º conseguiu expressar o que Ê um mulher,º realmente, portanto, n,º farei um discurso porque fiquei me perguntando: Sobre o que vou falar? Vou falar sobre a evoluÁ,º dos direitos da mulher? N,º. Todos os Senhores j- conhecem a evoluÁ,º dos direitos das mulheres do nosso país, do mundo. N,º vou falar isso.

Na verdade eu queria falar sobre o iParadoxo do Nosso Tempoi. Paradoxo do Nosso Tempo n,º Ê poesia minha. Eu n,º tenho a verbi do Deputado Moisés Diniz. Eu encontrei essa poesia numa revista e segundo fiz uma pesquisa no Google, Ê de autor desconhecido, e gostaria de compartilh-la com as Senhoras porque hoje Ê dia de festa, Ê dia de poesia.

Falar sobre a nossa forÁa de trabalho, falar que mais de 30% das mulheres no país sustentam suas famlias Ê muito pouco. E esse Ê um momento em que n,º caberia esse tipo de discuss,º. Poderíamos fazer um debate sociológico, científico, mas n,º creio que este seja o momento. Eu vou passar, ent,º, a tentar traduzir a quest,º do Paradoxo do Nosso Tempo:

PARADOXO DE NOSSO TEMPO

O paradoxo de nosso tempo na histria Ê que temos edifícios mais altos, mas pavios mais curtos; Autoestradas mais largas, mas pontos de vista mais estreitos; Gastamos mais, mas temos menos; Compramos mais, mas desfrutamos menos.

Temos casas maiores e famlias menores; Mais conveniências, mas menos tempo; Temos mais graus acadmicos, mas menos senso; Mais conhecimento e menos poder de julgamento; Mais proficiência, porÊm mais problemas; Mais medicina, mas menos sa`de. Bebemos demais, fumamos demais, gastamos de forma perdul-ria, Rimos de menos, dirigimos r-pido demais, Nos irritamos muito facilmente, Ficamos acordados atÊ tarde, acordamos cansados. Falamos demais, amamos raramente e odiamos com muita freq,ncia Aprendemos como ganhar a vida, mas n,º vivemos esta vida. Adicionamos anos  extens,º de nossas vidas, mas n,º vida a extens,º dos nossos anos. J- fomos à luz e dela voltamos, mas temos dificuldade de atravessar a rua e nos encontrarmos com nosso vizinho.

Conquistamos o espaÁo exterior, mas n,º nosso espaÁo interior. Fizemos coisas maiores, mas n,º coisas melhores. Limpamos o ar, mas polmos a alma. Dividimos o `tomo, mas n,º nossos preconceitos. Escrevemos mais, mas aprendemos menos. Planejamos mais, mas realizamos menos.

Aprendemos a correr contra o tempo, mas n,º a esperar com paciência. Temos maiores rendimentos, mas menor padr,º moral. Constrmos mais computadores para armazenar mais informaies, para produzir mais cópias do que nunca, mas temos menos comunicaÁ,º. Tivemos avanÁos na quantidade, mas n,º em qualidade.

Estes s,º tempos de refeiies r-pidas e digest,º lenta, de homens altos de car-ter baixo, lucros expressivos, mas relacionamentos rasos. Estes s,º tempos em que se almeja paz mundial, mas perdura a guerra nos lares; temos mais lazer, mas menos divers,º; maior variedade de tipos de comida, mas menos nutriÁ,º. S,º dias de duas fontes de renda, mas de mais divórcios;

de residências mais belas, mas lares quebrados.

São dias de viagens rpidas, fraldas descart-veis, moralidade também descart-vel, ficadas de uma noite, corpos acima do peso, e plulas que fazem de tudo: alegrar, aquietar, matar.

... um tempo em que h muito na vitrine e nada no estoque, um tempo em que a tecnologia pode lhe levar estas palavras e você pode escolher entre fazer a diferenaa ou simplesmente apertar a tecla DEL. Lembre-se de passar o tempo com as pessoas que ama, pois elas n, o estar,, o por aqui para sempre. Lembre-se de dar um abraão carinhoso num amigo, pois n, o lhe custa um centavo sequer.

Lembre-se de dizer eu te amo 3 sua companheira(o) e 3s pessoas que ama, Mas, em primeiro lugar, ame. . . Ame muito.

Um beijo e um abraão curam a dor, quando vÍm l- de dentro, O segredo da vida n,, o É ter tudo o que quer, mas amar tudo o que você tem! Por isso, valorize o que você tem e as pessoas que est,, o ao seu lado. FÉ e equilÍbrio em todas as direÁies.

Nós mulheres e homens vivemos um tempo apressado e ele parece que se escoa e nós n,, o conseguimos completar as nossas atividades.

Quero encerrar com M-rio Quintana que diz: iQuando abro a janela do meu quarto É como se abrisse o mesmo livro numa p-gina novaí. Esta É a nossa grande realidade. A mulher consegue abrir uma janela e abrir sempre uma p-gina nova, reinventar. Muito obrigado, por essa oportunidade. (Sem revis,, o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH/ES**) ã Concedemos a palavra a uma Deputada que tem dupla nacionalidade. Ela nasceu no Peru, veio para o Acre morar em Cruzeiro do Sul e, segundo o ex-Deputado TarcÍsio, veio tomar uma das vagas destinadas 3s mulheres nesta Casa. Refirimo-nos a Deputada Antonia Sales, segunda vice-Presidenta.

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) ã Senhor Presidente Edvaldo Magalh,,es, quero agradecer-lhe em nome de todas as mulheres que est,, o presentes nesta Sess,, o Solene, para serem homenageadas pelo Dia Internacional da Mulher. Agradecemos pela sua sensibilidade de promover esta Sess,, o, apesar de hoje, ser um dia normal de trabalho aqui no Parlamento. Esta Sess,, o Solene j- acontece pela segunda vez em sua gest,, o e acredito que continuaremos prestando esta homenagem 3s mulheres.

E quero agradecer a todos os Deputados e Deputadas que também se prontificaram a colaborar para que este evento se realizasse de forma t,, o maravilhosa.

Antes de comeÁar meu discurso, gostaria que todos ficassem de pÊ, para que eu possa homenagear duas grandes lutadoras, guerreiras, que n,, o se encontram mais em nosso meio. Se elas estivessem vivas, estariam participando deste evento, porque elas eternizaram seus nomes com seus trabalhos, deixando um grande legado para o Acre. Uma delas foi a nossa querida JuÍza Maria TapajÚs, que lutou pelos os Direitos da CrianÁa e do Adolescente e também fundou uma casa para abrigar as mulheres acometidas pelo c,ncer, que se chama Casa Amiga do Peito, para onde v,, o algumas mulheres do nosso Estado que procuram tratamento e cura para essa doenÁa. Elas s,, o recebidas com muito amor. Ent,, o, do fundo do meu coraÁ,, o, onde ela estiver, nós mulheres agradecemos pelo seu grandioso trabalho.

Da mesma forma, agradecemos, em memÓria, a nossa Promotora guerreira, conhecida como idama de ferroÍ, Dra. Salete Maia. Guerreira, lutadora e incans-vel! Agradecemos a todas elas e outras mais que contribuÍram deixando o seu legado, para o desenvolvimento de nosso Acre. Por favor, podem se sentar.

Pegando um gancho, da nossa querida Desembargadora Eva Evangelista, de quem sou f,, vamos lembrar um pouco a histÓria. ... bom lembrar a que se deve o fato de nós estarmos aqui nesse momento.

Entre tantas mulheres importantes presentes, que conquistaram o seu espaão nas mais diferentes profissies, vejo tanto rostos conhecidos. Como disse o Presidente Edvaldo Magalh,,es, se eu disser o nome de algumas eu posso estar errando, ou esquecendo o nome de outras. Mas quero nomear algumas, que ganharam a minha admiraÁ,, o, sem descriminar nenhuma outra. Por exemplo, as margaridas. Como eu acho lindo vocês, que levantam de madrugada, s,, o m,, es, esposas, arrumam seus filhos bem cedo para irem para a escola, deixando o seu cafÊ preparado. Talvez, vocês n,, o os veem nem sair. Mas v,, o limpar as ruas de madrugada ou 3 noite, deixando de ficar em sua casa assistindo TV. ... lindo esse trabalho de vocês! Como também outras profissies, como por exemplo, as manicures, que nós precisamos, porque nós gostamos de cuidar de nossas unhas. Eu admiro e valorizo essas pessoas.

Também admiro o trabalho das esteticistas. Quem n,, o gosta de limpar a pele a ví-la bonita? Tenho certeza de que todas vocês gostam. Hoje também É o dia delas, o dia de rainha, porque elas trabalham para conquistar o seu espaão e d,, o tudo de si para fazer o melhor.

Quero lembrar também, as lavadeiras, que cuidam das roupas para deix-las limpinhas e cheirosinhas.

As donas de casa que preparam as refeÍies das suas famílias com carinho, colocando todo o amor ao temperar o alimento, para que o esposo diga no final que a

comida estava deliciosa, ou ent,, o, para ouvir seus filhos dizerem: mam,, e faz aquela comida que eu gosto. Neste momento estou falando também de mim.

E também, porque n,, o falar daquelas profissionais que fazem o servião de homem, como a motorista? Antes essa funÁ,, o era somente para homens, as motoristas de Ônibus, as moto-taxistas. Portanto, s,, o tantas as profissies. As profissionais autÔnomas, que driblam a vida, fazendo e inventando coisas para sobreviver e sustentar a família. Enfim, todas as profissies que est,, o diante de nós, como as que estudam as Leis, como as nossas Desembargadoras, Promotoras e Delegadas. Antigamente essas também eram profissies somente para homens. Falar em Delegado, antes, logo vinha 3 nossa mente, que era profess,, o de homem, assim como Desembargadora, Promotora.

Quando vi a Dra. Eva Evangelista pela primeira vez, como eu a admirei! Como também admiro outras mulheres profissionais, como a Dra. Flora, a Dra. dos n´meros! E olha que eu n,, o gosto de n´meros. Veja a profess,, o que ela conquistou. Também admiro nossas mÉdicas, nossas ginecologistas como a Dra. Euraci. Nossas pediatras, que cuidam dos nossos filhos como a Dra. Dilza, que É chefe do Conselho Regional de Medicina. Que coisa grande e t,, o maravilhosa, que espaão conquistado! Assim como também, nossa chefe da Unimed, Dra. Euraci. Eu vejo aqui tantas e tantas chefes. A Secret-ria de EducaÁ,, o; a Secret-ria de Governo, que maravilha! VocÍs s,, o o M-ximo! E nós n,, o deverÍamos ser chamadas de sexo fr-gil, mas sim de sexo forte, mesmo porque nós alÊm de fazermos o papel de m,, es e esposas, somos profissionais e conquistamos nossos espaãos.

Vendo diante de mim a Carla Martins, n,, o poderia esquecer da arte. Est- diante dos meus olhos a eterna mulher de Galvez. Depois gostaria que ela viesse aqui falar em nome de Galvez, nosso primeiro e ltimo Presidente da Rep´blica do Acre, e parabenizar as mulheres.

Ent,, o, que maravilha, que coisa linda, todas vocês presentes, que dia maravilhoso! Senhor Presidente, o Senhor nos est- proporcionando e promovendo o nosso dia de rainha.

Agora devolvendo a meu colega, que disse brincando que eu tomei a vaga dele, eu digo que n,, o aconteceu isso, nós conquistamos este lugar, que maravilha!

Admiro também as jornalistas presentes, que est,, o lutando e d,, o o equilÍbrio 3 Democracia neste Parlamento, assim como nossos rep´rteres, jornalistas mulheres e homens.

As que est,, o na platÊia, assistindo, sintam-se rainhas, porque hoje É o dia de vocês, pela batalha que travam todos os dias.

Puxando um pouco da histÓria, pois eu gosto de histÓria, no sÊculo XIX, no dia 8 de marão de 1857, aconteceu uma tragÉdia. Infelizmente dias como hoje, foram instituídos em virtude de uma tragÉdia. Gostaria que n,, o fosse assim. Nesse dia, 130 mulheres tecel,, s, numa f´brica de tecidos, em Nova Iorque, resolveram reivindicar seus direitos e disseram que o patr,, o n,, o estava dando condiÁies necess-rias e dignas de trabalho, trabalhavam mais que os homens e n,, o estavam sendo valorizadas. E elas resolveram parar o trabalho na f´brica, para dizer n,, o ao patr,, o, para que ele pudesse atender suas reivindicÁies, pois queriam direitos iguais aos dos homens. O que aconteceu? O patr,, o enraivecido, porque as mulheres segundo a cultura, foram criadas para ser submissas e pela primeira vez ousavam lutar por direitos, queriam deixar de ser submissas, e disseram: iN,, o! Nós vamos parar os trabalhos e queremos que você nos escute.Í Ent,, o, ele mandou trancar os portes da f´brica e ateou fogo e elas morreram carbonizadas.

Portanto, hoje É um dia reconhecido pela ONU, desde o dia 8 de marão de 1857. Essas 130 mulheres morreram carbonizadas por reivindicarem seus direitos. Hoje estamos aqui festejando porque essas mulheres nos deram exemplos, para que n,, o sejamos submissas, para que possamos exigir justiÁa e os nossos direitos.

Também aqui no Brasil, nós temos uma mulher que significa conquista e luta pelos seus direitos, que É a Maria da Penha, uma cearense de Fortaleza, uma bioquÍmica, que alÊm de ser profissional como vocês, tinha um marido professor e que insatisfeito por alguma coisa, deu um tiro nas costas dela, deixando-a paraplÊgica. Tentou mat-la por mais duas vezes: por eletrocú,, o e por afogamento. Mas ela continuou sua luta. Isso aconteceu em 1983 e comeÁaram ent,, o as investigaÁies do seu caso. Em 1984 a den´ncia foi apresentada ao MinistÉrio P´blico. Passaram-se oito anos atÊ que ele fosse condenado, mas como nos processos judiciais tem muitos apelos, esse senhor nunca pode ser preso.

Depois de dezoito anos de luta, porque ela n,, o ficou parada, ela foi como aquelas mulheres tecel,, s, n,, o ficou quieta, n,, o se conformou, apesar de paraplÊgica, ela viajou o mundo inteiro. Ela foi atr-s dos Direitos Humanos, foi para OEA; falou em v-rios lugares onde tinha que ir atr-s dos seus direitos. Enfim, dezoito anos depois, ela foi ouvida pela forÁa Internacional dos Direitos Humanos. Ent,, o, no dia sete de agosto de 2006, o residente Luis In-cio Lula da Silva, assina a Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha, que entrou em vigor no dia 22/09/2006. Essa mulher transformou a sua dor em luta e a sua tragÉdia, porque hoje É paraplÊgica, em solidariedade, para diminuir a violÍncia contra a mulher e a família.

Mas, o que vemos hoje? Ser- que mudou muito? Ser- que a Maria da Penha conseguiu que todas as mulheres, crianÁas e jovens, fossem reconhecidas? J- avanÁamos em muitos aspectos. Temos uma lei para ver esses casos de violaÁies, de mortes ou de agressies fÍsica, porque agora, n,, o É mais aceito o argumento do homem, que dizia que matou a mulher para defender a sua honra. Esse É um fato que eu sempre relutei em aceitar! E a nossa honra? Onde É que est-? Pois É. Agora nós temos essa Lei e devemos nos orgulhar pela luta dessa mulher. Assim como vocês que se engajaram em outras lutas, como as doutoras das leis e todas vocês nas mais diversas profissies. Todas nós temos nossa contribuiÁ,, o.

Antes de terminar quero perguntar aos homens. Porque existe uma simbiose entre nós mulheres e os homens? Eles n,, o conseguem viver sem nós! Isso É verdade. E nos escolhem para ser suas companheiras do dia-a-dia, muitos atÊ velhinhos. Dormimos com eles, acordamos e envolvemos os seus rostos todos os dias. Nós os toleramos e eles nos toleram, pois nós também temos defeitos como eles. Ent,, o, para que violÍncia? Se

o homem inventa, cria poemas como o nosso poeta, Deputado Moisés Diniz, que alêm de Deputado È poeta. Também tem aqueles que compiem m^o sica para n^os. Portanto, para que violôncia? Por que machucar ou ferir as mulheres, se precisam de n^os e n^os precisamos deles?

Quero concluir dizendo para voc^os que n^o,o È s^o hoje nosso dia de rainha, todos os dias s^o,o de rainha. Porque hoje PE um dia especial, È em mem^oria daquelas 130 mulheres, pela nossa Maria da Penha que ainda est^o lutando, por tantas Marias da Penha que n^os temos no Estado do Acre, que n^o,o se conformam com o que È injusto, com a violôncia. N^o,o admitem o que est^o errado. Que lutam contra aqueles que est^o,o aliciando crian^oas menores. ... pelo fim de tudo isso que temos que nos unir, para banir da nossa sociedade. Ent^o,o, para todas voc^os que hoje tem o seu dia de rainha, uma grande salva de palmas.

Obrigada.
(Sem revis^o,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH^oES**) ã Concedemos a palavra a Promotora de Justi^oaa Alessandra Garcia Marques, uma das mulheres que orgulha as nossas institui^oies. Ela sempre d^o bons exemplos quando se pronuncia em defesa da sociedade.

ALESSANDRA GARCIA MARQUES (Promotora de Justi^oaa) ã Excelent^ossimo Senhor Presidente da Assembleia, Deputado Edvaldo Magalh^o,es, excelent^ossima Desembargadora Eva Evangelista, em nome de quem cumprimento todos os componentes desta Mesa; minhas Senhoras e meus Senhores; minhas Senhoras lindas, jovens e batalhadoras, È com muita responsabilidade que eu aceitei o convite para vir a Casa do Povo nesta data em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres.

Hoje na verdade, n^o,o È um dia apenas de comemora^oÀ, o. Essa data deve ser encarada como um dia de reflex^o,o. Comemora^oÀ, o porque conquistamos muitos direitos, especialmente, durante toda essa hist^oria do mundo moderno. Eu n^o,o estou nem falando dos pa^oses orientais onde a situa^oÀ, o das mulheres, em alguns pa^oses, ainda È muito difícil. Mas È um momento de comemora^oÀ, o, sim, de regozijo porque conquistamos muitos direitos, que hoje est^o,o sendo revelados em diversos aspectos da nossa vida cotidiana. Temos a Constitui^oÀ, o da Rep^o blica, Constitui^oÀ, o cidad^o, que trouxe para n^os a igualdade de direitos para com os homens. Enfim, sa^omos daquela condi^oÀ, o de civilmente incapazes para com uma situa^oÀ, o de sujeitos da hist^oria e do direito. Mas È também um momento de reflex^o,o e eu n^o,o vou perder muito tempo falando de direitos, porque isso n^os fazemos todos os dias atendendo homens e mulheres e aos homens que nos procuram.

Vou aproveitar também para mencionar que esse È o momento de reflex^o,o, porque eu acredito que n^os mulheres devemos nos colocar diante do seguinte dilema: como È que nos portamos diante dos problemas que a vida nos coloca no dia-a-dia. E esse portar, deve ser Ètico. Portanto, È um momento de reflex^o,o a respeito do papel das mulheres em sociedade e da Ètica, que È um dos elementos que n^o,o pode ser descartados das nossas discussies acerca das questies de g^oneros.

Alêm disso, eu gostaria também de lembrar que esses momentos de comemora^oÀ, o e de festejos decorrentes do Dia da Mulher nos fazem também pensar nos avan^oos que tivemos ao longo desse tempo e de momentos da nossa hist^oria em que n^os passamos a conviver e aceitar algumas coisas, que no primeiro momento da luta das mulheres nos movimentos feministas nas d^oecadas de sessenta e setenta, foram descartados e hoje j^o s^o,o aceitos, inclusive por todas as mulheres dos movimentos, que lutam pelos seus direitos.

E trabalhando, inclusive, com mulheres v^oltimas de violôncia, n^os percebemos que hoje o discurso n^o,o È^o nico e exclusivamente em defesa dos direitos da mulher. H^o uma discuss^o,o também de como se comporta a feminilidade diante dessa luta pela preserva^oÀ, o e pelo o exerc^ocio desses direitos, porque os direitos j^o foram conquistados e est^o,o classificados nas leis e na pr^opria Constitui^oÀ, o Federal. ... importante lembrarmos que esse portar Ètico nas discussies do dia-a-dia, n^o,o descarta a quest^o,o da feminilidade. ... verdade que j^o h^o algum tempo n^os sa^omos das nossas casas, deixamos o espa^o do lar, ocupamos os espa^oos p^o blicos, os parlat^orios e hoje estamos em todos os nichos e em todos os lugares.

N^os hoje estamos com um novo olhar nesses novos lugares. N^os queremos nossos filhos, sejam filhos paridos, pelo amor ou pela escolha da ado^oÀ, o e queremos também, por que n^o,o, constituir família. E al^o estou falando de famílias e n^o,o s^o de uma família, porque também È preciso lembrar e respeitar, que essa família pode ser tanto uma família constituída por pessoas de sexos diferentes, quanto com rela^oÀ, o homoafetiva. E al^o também se colocam as mulheres que est^o,o defendendo direitos das outras mulheres v^oltimas de violôncia; daquelas que n^o,o tem voz, porque ainda se encontram oprimidas, quer sejam queiram por condi^oies econ^omicas, ou pela violôncia de alguns maridos agressores. E essa também È uma realidade ainda muito s^oeria no Acre.

De qualquer forma, esse novo olhar È uma nova forma de se portar diante dos direitos das mulheres, das lutas hist^oricas pelos seus direitos.

Portanto, estamos com um olhar um pouco mais sensível, mais doce para todos esses debates acerca de como n^os ocupamos mais espa^oos e fazemos com que os nossos direitos, sejam cada vez mais lembrados.

Mas eu n^o,o poderia nesta data, assim como a Deputada Antonia Sales fez ao lembrar da Juíza Tapaj^oUs, uma pessoa admirável, apesar de n^o,o termos tido um conv^olvio direto, esquecer de duas pessoas muito importantes para toda a hist^oria das mulheres aqui no Acre. Refiro-me Dr^oTM. Maria Salete da Costa Maia e a Dr^oTM. Meire Teodoro de Oliveira Silva, pessoas que fazem muita falta dentro do Minist^oerio P^o blico; elas foram m^o,es adoráveis, mulheres determinadas e Promotoras de Justi^oaa com capacidade altruísta de se dedicar a defesa da coletividade.

Eu costume dizer que trabalhar com direitos de fusos e coletivos È muito interessante, porque voc^o faz um exerc^ocio de despir-se de seu ego^osmo naquele momento. Quando eu trabalho com direito coletivo, quando eu ajulzo uma a^oÀ, o civil p^o blica, ou

fa^oÀo um termo de ajustamento de conduta, eu estou beneficiando pessoas que possivelmente eu nunca v^o conhecer, e a capacidade dessas duas mulheres de fazer isso e de se portar assim perante o Poder Judiciário e a Magistratura nunca poder^o ser esquecida.

Portanto, eu n^o,o poderia deixar de dizer isso nesse momento. E em nome das duas, eu gostaria de cumprimentar a todas as mulheres acrianas, as do campo, as da cidade, as do interior e as da capital, as que têm condi^oies econ^omicas e as que n^o,o têm, aquelas que passam por dificuldades, que est^o,o de alguma forma oprimidas e n^o,o se esque^oÀam também, que existe o Minist^oerio P^o blico e devem exigir uma parceria na defesa dos direitos das mulheres e de todos os direitos conseguidos por meio da Constitui^oÀ, o Federal e da Legisla^oÀ, o posterior a Constitui^oÀ, o. E È em nome dessas duas mulheres que eu cumprimento todas as mulheres acrianas, nesse Dia Internacional da Mulher.

Agrade^oÀo o convite feito pela Assembl^oia Legislativa para estar aqui e digo as Senhoras e Senhores que vamos avante, rumo a um novo tempo, mas sem d^o vida um tempo sem violôncia, de delicadeza.
(Sem revis^o,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH^oES**) ã Antes da pr^oxima oradora, homenagearemos as servidoras da Assembleia Legislativa do Estado do Acre. O nosso plenário aqui sempre promove grandes atos e nos bastidores um ex^orcito de mulheres trabalha para que esses atos aconte^oÀam. Seja na vota^oÀ, o de uma legisla^oÀ, o, numa audi^oncia p^o blica, ou nos debates que permanentemente acontecem aqui no nosso plenário.

A Assembleia tem 225 mulheres integrando o seu quadro de servidores ativos e 54 servidoras inativas. Ali-s, elas ocupam os principais cargos de dire^oÀ, o da Casa. E eu queria chamar ent^o,o a Dra. Fernanda, Diretora da nossa Assembleia para que pudesse vir ao centro do plenário, ela que tem um problema com a timidez, n^o,o gosta de falar, nem de ser homenageada, para receber das m^o,os do Paulinho, servidor da Casa, um buqu^o de flores como forma de reconhecimento de todos n^os Parlamentares ao trabalho das nossas funcion-rias. (PAUSA)

Com a palavra a Senhora Maria de Ara^o jo Aquino.

Senhora **MARIA DE ARA/JO AQUINO** (Assessora Especial da Mulher) ã Senhor Presidente, Deputado Edvaldo Magalh^o,es, demais homens que nos homenageiam, minhas companheiras de luta por dias melhores para n^os mulheres e para nossa sociedade. Bom dia a todos.

Eu quero, em nome da companheira Nadir, que representa o Movimento de Mulheres do Acre, cumprimentar a todas as mulheres que compiem a Mesa. Sa^o do também o Movimento de Mulheres aqui presente e como j^o foi anunciado pelo nosso Presidente, n^os temos companheiras de v-rios Munic^opios, representando mulheres valorosas.

Parab^oens a Assembleia pela iniciativa de homenagear as mulheres do nosso Estado, neste m^os quando as lutas por um mundo com mais igualdade de g^onero e justi^oaa social s^o,o mais aguerridas.

Queremos iniciar a nossa fala, exaltando essas mulheres que batalham por seus direitos e por uma vida sem violôncia. Exalto também, o s^oculo XX, iS^oculo do feminismo, quando as mulheres conquistaram o espa^oÀo p^o blico, antes reduzto totalmente masculino, e mostraram ao mundo seu potencial. O olhar e o jeito de fazer feminino, que antes se restringia apenas a esfera dom^oestica, adentraram as institui^oies p^o blicas e o mercado de trabalho. Conquistamos o direito ao voto, ¤ educa^oÀ, o, ao trabalho, ¤ licen^oaa maternidade, a uma vida sem violôncia e foi também nesse s^oculo que seus direitos humanos foram reconhecidos.

Mas apesar de todas essas conquistas, quando, em nome desta luta, foram ceifadas as vidas de muitas mulheres, no advento deste novo s^oculo, ainda vivemos numa sociedade em que as mulheres precisam de abrigo para proteger suas vidas e a de seus filhos e os agressores s^o,o as pessoas com quem elas mantm rela^oies afetivas e de confian^oaa como companheiros, ex-companheiros, namorados, ex-namorados, padrastos, tios, av^oUs, pais etc.

A diferen^oaa salarial entre homens e mulheres È muito grande assim como o n^o mero de mulheres acreanas sem documenta^oÀ, o civil. As trabalhadoras rurais ainda têm extrema dificuldade de acesso ao cr^odito para o desenvolvimento de seus pequenos empreendimentos e muitas mulheres deste Estado ainda est^o,o morrendo, v^oltimas da violôncia dom^oestica, de abortos mal feitos, v^oltimas da AIDS.

O Governo do Estado do Acre, atendendo aos anseios do movimento de mulheres e feministas, se posiciona na busca pela igualdade e autonomia das mulheres, atrav^oEs da execu^oÀ, o de uma pol^oítica afirmativa e universal, considerando todas as -reas para a garantia dos direitos humanos das mulheres e a Assessoria Especial da Mulher tem o desafio de articular essas pol^oíticas em todas as -reas do Estado, dialogando, inclusive, com as esferas municipal e federal.

As maiores conquistas e resultados da articula^oÀ, o das diversas -reas, realizadas pela Assessoria s^o,o: Articula^oÀ, o para implanta^oÀ, o de coordenadorias de pol^oíticas para as mulheres em 11 munic^opios; elabora^oÀ, o do plano estadual de enfrentamento ¤ violôncia contra a mulher e constru^oÀ, o do plano estadual de mulheres empreendedoras.

Est^o,o sendo planejadas pol^oíticas para 2010 com propostas em nível de Governo que envolvem a constru^oÀ, o do pres^odio feminino; reforma, amplia^oÀ, o e estrutura^oÀ, o das casas abrigos; apoio com benefício para o desabrigamento das mulheres e estrutura^oÀ, o do Cedim, com o pacto de 16 milh^oes para serem investidos.

Queremos também destacar a participa^oÀ, o da sociedade civil na constru^oÀ, o de todo este processo. Enfatizando que o Acre È um dos poucos Estados Brasileiros em que a sociedade civil tem a gest^o,o do Conselho Estadual de Pol^oíticas para as Mulheres e por tudo isso, neste 8 de mar^oÀo, n^os, mulheres acreanas, temos que comemorar os avan^oos, mas n^o,o esquecendo dos desafios propostos; lutando sempre, com muita

coragem, nos inspirando no exemplo da saudosa Angelina Gonçalves, mulher da história acreana, de bravura e coragem.

Sim! Vale a pena lutar.
(Sem revis.,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) ã Senhoras e Senhores, a Assembleia È permanentemente palco de questionamentos, porque È um Poder aberto, aqui o que se pensa, se diz da tribuna. Aqui È um espaço democrático.

Passaremos a palavra a uma pessoa que nasceu num berço de luta e resistência democrática, que marcou a história do Acre. Estamos falando da nossa Procuradora Geral do Estado, Nazarê Araújo, filha do nosso saudoso ex-Governador, José Augusto de Araújo.

Doutora **NAZAR...ARAÚJO** (Procuradora Geral do Estado) ã Bom dia a todos. Gostaria de pedir licença ao Presidente da Assembleia, Deputado Edvaldo Magalhães, para agradecer a homenagem que È prestada a todas as meninas, em nome das Deputadas desta Casa, Deputada Perpetua de S., Idalina Onofre e Antonia Sales e gostaria de saudar as meninas no nome da nossa querida Desembargadora Eva Evangelista, que na realidade È mestra no direito, na vida, como mãe e como mulher.

Às vezes o que È exigido de uma mulher profissional È muito complexo. ... exatamente esse o ponto de equilíbrio entre todas as funções. Ent.,o sũ em conseguirmos esse espaço profissional, o equilíbrio com as atividades do lar, da casa, dos filhos, a atenção.,o ao marido, aos pais, nũs j- somos vencedoras. A nossa batalha ainda È muito grande, mas sũ em conseguirmos isso j- È um grande passo.

Eu gostaria de iniciar e dedicar a minha fala, hoje, assim como foi a própria saudá.,o que me trouxe a essa tribuna, a duas pessoas: uma do meu passado e outra que mais ã frente vocês saber.,o de quem eu estou falando. Em primeiro lugar eu gostaria de dedicar essa fala ã minha mãe, que È muito vista somente como a companheira do José Augusto, a primeira Dama deste Estado, mas que na realidade foi ã primeira Deputada Federal do Estado do Acre, num contexto completamente adverso. E È preciso falar disso também, porque essa luta faz parte da nossa vida hoje. ... a luta de cada mulher na defesa desse direito sagrado da participaça.,o, seja em que nível for. Na defesa das leis, na defesa da tribuna, na discuss.,o das leis, no trabalho popular ou na iniciativa privada.

Naquela Época, quem se preparava para uma eleição.,o, na realidade, era o meu pai que foi deposto em 1964, mas sũ foi cassado em 1966, pouca gente sabe disso. E, na ausência da possibilidade dele se candidatar, quem apareceu como uma possibilidade viável de eleição.,o foi a Dona Maria Lúcia, que fez um trabalho bellissimo junto a LBA. O grupo político de apoio definiu e ela saiu candidata mesmo com ele j- bastante convalescido por causa da doença e na gr-vida dessa pessoa que est- aqui falando. Como ela não pode comparecer a posse, mandou uma carta.

Maria Lúcia foi eleita a Deputada Federal mais votada, elegeu mais dois companheiros de sigla nessa eleição.,o e, infelizmente, pela força do Regime Militar, na entrada da junta militar que assumiu o País com a saída do Costa e Silva, a eleição.,o das mulheres de políticos foi considerada uma afronta ao Regime. Por mais incrível que pareça, essa foi a razão da sua cassação.,o. Esposa de um político cassado não, o pode ter o direito de externar suas ideias. Se isso não È uma perseguição.,o ã mulher eu não, o sei o que È. Desta forma ela cumpriu 10 anos de uma longa cassação.,o e em seguida retornou ao Acre, se candidatou, não, o foi eleita a primeira vez, se candidatou novamente em 1986 e foi a representante da mulher acreana na Constituinte.

Naquela Época, foram eleitas 24 Deputadas Federais. O Acre elegeu uma mulher extremamente corajosa, a segunda nota do DIEESE que era um instrumento de acompanhamento do trabalhador e isso foi poucoíssimo divulgado, pois não, o interessava naquele momento. ... por essa razão, o que eu estou aqui prestando esta homenagem. Eu tenho um profundo respeito pela batalha e pelo fato dela nunca ter recuado, Deputado Moisés Diniz e eu acho que minha mãe foi a primeira pessoa que me ensinou a ser um mulher.,o, independente de qualquer medida. E, a honradez com que ela sempre enfrentou as adversidades da vida pessoal e as adversidades da vida política, eu trago hoje para a minha vida, para o local onde eu trabalho e que me faz defender com muita garra todos os homens e mulheres do Estado do Acre, através da consolidação.,o de políticas públicas. No caso das mulheres elas precisam ser transversas, precisam ser transparentes em cada um dos atos do Governo e È assim que graças a Deus eu tenho a oportunidade de trabalhar e participar da administração Arnóbio Marques. O Governador È um estadista, porque em suas escolhas ele escolhe perfis, não, o determina para tal ou qual lugar nũs devemos ter um homem ou uma mulher, nũs devemos ter profissionais respeitados, capacitados, com capacidade de luta, com capacidade de defesa de ideais, independente dessa condição.,o.

Eu saí do a mais nova integrante da administração.,o, j- num outro patamar, agora como Secretária de Segurança, a Drª Mrcia Regina. O perfil da nova Secretária de Segurança exige um profissional que seja capacitado na questão da gestão, da integração.,o, da capacidade de conversar, na inteligência de homens e mulheres, que no momento certo saber.,o dosar capacidade de não, o violência, violência necessária, exatamente para contrapor-la e, eu tenho certeza que a Drª Mrcia Regina vai fazer um excelente trabalho, pelo tanto que ela fez dentro da Procuradoria Geral do Estado. Nũs somos profissionais, conhecemos sistemicamente a administração.,o e isso hoje È muito importante, inclusive, por toda a gama de recursos que vai passar no Pronasi.

Ent.,o eu parabeno a todas que tem um histórico de vida bellissimo. Drª Flora, a nossa Secretária de Educação.,o, tantas mulheres Delegadas, Juízas, Promotoras, profissionais do maior gabarito e as nossas margaridas que limpam a nossa cidade e que lidam com reciclagem.

Como colocou a Drª Alessandra, uma profissional com a qual também eu tive a oportunidade de trabalhar na Época da criação.,o do Procon, temos ainda outros desafios. A Doutora Alessandra também dizia: iPrecisa ser um tempo de ouro e de delicadeza e eu concordo plenamente. A crise que estamos vivendo não, o È sũ uma crise do mercado financeiro È uma crise de valores. Nũs temos que pensar e aí a Desembargadora

Eva foi extremamente feliz no poema que escolheu que diz tudo de uma maneira tão bonita e onde È colocada a dificuldade que nũs temos de aproveitar de maneira correta a gama de ofertas de consumo que parece não, o ter fim.

O método consumista est- nos levando a destruir o nosso próprio planeta. Talvez o princípio feminino que mora dentro de cada homem e de cada mulher, nos ensine que agora È tempo de rever essa maneira predatória de viver a vida. E nos ensine também que È preciso cuidar da nossa terra, da nossa terra Acre, da nossa terra planeta, da nossa terra gaia que È fecundada e que precisa ser cuidada também para que nos dê bons frutos. Que esse dia das mulheres nos dê muitos bons frutos, em todos os Poderes, em todos os lares e em todas as nossas ações. Que Deus nos abençoe muito e que continuemos sempre em busca desse equilíbrio.

Muito obrigada.
(Sem revis.,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) ã Obrigada, Nazarê. Hoje, a Assembleia Legislativa È presidida por um professor e tem um outro professor, que È o Deputado Moisés Diniz, que È Líder do Governo e poeta. Mas, houve um tempo em que esses professores gastavam suas energias organizando as pessoas. E, naquela Época, aprendemos muito com uma mulher, que criou um dos filhos nas reuniões das salas do Edifício Santos, do nosso Sindicato dos Trabalhadores em Educação.,o e gostaríamos de convid-la a vir ao centro do plenário para receber uma flor das mães do Deputado Moisés Diniz. Referimo-nos a sindicalista, professora Almerinda Cunha. (PAUSA)

A Senhora vice-Presidente (**ANTONIA SALES**) ã Agora, teremos diante de vocês um homem que irá homenagear todas as mulheres. Com a palavra o Deputado Nogueira Lima.

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) ã Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, obrigado minha querida amiga Deputada Antonia Sales. Est- faltando em nosso meio a nossa querida e inesquecível Naluh Gouveia e eu tenho certeza de que È porque ela est- muito ocupada no TCE, onde nũs a colocamos. Ela nos deixa muita saudade.

O Deputado Moisés Diniz falou aqui sobre a mulher machão.,o, aí eu me lembrei de quando ela vinha a esta tribuna e falava, naquele seu tom peculiar, como uma mulher dava ã luz uma criança. Isso nos traz saudades.

Em nome da minha querida esposa Sílvia, que est- presente aqui e da minha filha Weidna, quero cumprimentar todas as mulheres presentes, todas as mulheres do nosso Estado, do Brasil e do mundo.

Doutora Eva, como a Senhora falou, nũs temos conquistas para comemorar, mas também temos que batalhar para que essas conquistas sejam efetivadas mesmo. Eu passei 15 dias em Goiânia, e durante esse período eu sofri muito. Em cada semana que eu estive lá, houve um assassinato de mulher.

Um cidadão.,o, por cima, matou a esposa com 75 facadas. Um pai, estuprou a filha de três anos no quintal. Outro crime bárbaro ocorrido em Goiânia, foi o assassinato de uma jovem mãe, que foi morta pelo namorado simplesmente porque estava pleiteando pensão, o alimentícia para o filho de oito meses. Ele colocou-a no quarto e matou-a com uma mola de carro. Em seguida colocou a criança entre as pernas da mãe e matou com a mesma barra de ferro. Mas o pior Senhores, È que ele cavou um buraco no quintal, colocou a mãe sentada dentro dele e o filho no colo.

Mas, infelizmente, Dra. Eva, a nossa Lei deixa brechas para a impunidade, esse criminoso e o seu comparsa foram presos e logo liberados, porque eram réus primários. Isso nos dá a certeza de que ainda vai demorar muito para termos a Lei Maria da Penha cumprida ã risca, com todas as punições e direitos previstos.

Um Senador do Espírito Santo, est- numa luta, a qual nũs também nos juntamos, que È combater a pedofilia no Brasil.

Eu sou Deputado há 10 anos e todo ano o Presidente da Casa faz esse ato, essa homenagem e eu acho que nũs todos, homens, temos que demonstrar para a população.,o, o valor, o sentimento do coração.,o do homem para com as mulheres; de como e por que elas são, o importantes. Nũs temos que fazer isso aqui e foi dito pelo Deputado Moisés, pela Dra. Eva, pela Dra. Nazarê que nũs temos exemplos infinitos de mulheres batalhadoras. E nũs, com o nosso coração.,o de ser humano, gostaríamos que a sociedade toda acreditasse que a mulher È quem faz.

Ontem eu assisti uma entrevista com o Ciro Gomes e ele dizia que nos últimos tempos, a Democracia melhorou e a corrupção.,o diminuiu por causa do número de mulheres no Parlamento. E se nũs fizermos uma reflexão.,o sobre isso, È verdade. Nũs ainda não, o vimos nenhum escândalo de uma mulher com grandes castelos, enganando a Receita Federal. Nem desse tipo e nem de outros no Congresso Nacional. Lá nũs temos pessoas maravilhosas, mostrando o quanto são, o valorosos para a Democracia.

Aqui temos quatro mulheres maravilhosas que convivem conosco e dão, o um ar de alegria a este plenário: as Deputadas Antonia Sales, Perpétua de S., Idalina Onofre e Maria Antonia. Ent.,o eu penso: seria bom as Senhoras, juntamente com as demais mulheres que est.,o aqui, dos sindicatos, as margaridas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, em 2010, nos abrihantar com mais cinco mulheres no Parlamento.

Ent.,o, vamos continuar nessa batalha para que essa Democracia que nũs temos hoje, um embrião.,o, melhore bastante. Hoje nós já estamos vendo os corruptos na cadeia. Deputados sendo presos. Coisa que no tempo do coronelismo não, o tinha. As mulheres est.,o encampando essa luta e mostrando sua eficiência no Parlamento. Nũs temos como exemplo a Senadora Marina, a Deputada Federal Perpétua Almeida, mulher do nosso querido Presidente Edvaldo Magalhães, que fazem uma política muito séria, dedicada ã questão da Democracia do nosso país.

Ent,,o, esse È um reconhecimento que nŮs temos que fazer e aqui no Poder Legislativo, nos fazemos o possŮvel e o impossŮvel para que essa Democracia venha ser perpÈtua no nosso paŮs.

A corrupĂ,,o n,,o vai acabar nunca, mas pode diminuir muito. No inŮcio, o meu amigo MoisÈs, nosso querido poeta, falou de uma m`sica que eu acho linda, maravilhosa e eu vou dedic--la ‡ minha mulher. ... uma canĂ,,o do Martinho da Vila. Se o Didi estivesse aqui com o viol,,o, cantarŮlamos, mas eu vou sŮ declam--la:

iJ- tive mulheres de todas as cores, de v-rias idades e muitos amores. Com umas atÈ certo tempo fiquei. A outras apenas um pouco me dei, j- tive mulheres do tipo atrevida, do tipo acanhada, do tipo vivida. Casada, carente, solteira e feliz. J- tive donzelas e atÈ meretriz. Mulheres cabeĂas e desequilibradas. Mulheres confusas de guerra e de paz. Mais nenhuma delas, Maria SŮlvia, me fez t,,o feliz como vocŮ me faz. Procurei em todas as mulheres a felicidade. Mas em nenhuma encontrei a felicidade. Foi comeĂando bem, mais tudo teve um fim. VocŮ Maria SŮlvia, È o sol da minha. E a minha vontade. VocŮ n,,o È mentira, vocŮ È verdade. VocŮ È tudo que a Dona Isaura e seu Manuel, a Laina, a Weidna e o Wendim me deram um dia e que eu sonhei para mimŮ.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHŮES**) ã Com a palavra a Prefeita de BrasilÈia, Senhora Leila Galv,,o.

Senhora **LEILA GALVŮO** (Prefeita de BrasilÈia) ã Bom dia a todos, eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa em nome do Presidente, Deputado Edvaldo Magalh,,es e as mulheres em nome da minha conterr,nea GenÈsia. Acredito que ninguÈm aqui conhece a GenÈsia, mas refiro-me a Jane Vasconcelos. NŮs estudamos juntas desde crianĂas e hoje ela È a vice-Presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Quero cumprimentar a Prefeita de Assis Brasil, Eliane e tantas outras mulheres conhecidas, amigas de outros movimentos que assumem posiĂies relevantes no Estado do Acre. Eu vou mencionar algumas mulheres que est,,o aqui e as demais sintam-se cumprimentadas. Sa'do a amiga Carla, a professora Maria Correia, a Dr™ NazarÈ, a Dr™ Euraci, a Dr™ Flora, a Julia Feitosa, a Dr™ V,nia e a Dr™ Dilza. ... muito gratificante estar aqui com vocŮs, por isso, agradeĂo o convite feito pela AssemblÈia.

Como bem disse o Deputado Nogueira Lima, proporcionar momentos t,,o especiais como esse a nŮs mulheres simples, guerreiras e lutadoras, faz parte da histŮria deste Parlamento. çs vezes, as que s,,o mais simples, se sentem atÈ intimidadas porque aqui est,,o doutoras, polŮticas, inclusive, aqui na prŮpria AssemblÈia, temos quatro Deputadas e eu fico muito feliz por termos ampliado esse n'mero, pois para nŮs mulheres, chegar onde estamos n,,o foi f'cil. Embora j- tenha sido dito por tantas outras que me antecederam, tambÈm quero enfatizar que a nossa histŮria, nossa luta, talvez todas conhecemos, mas È importante que n,,o nos esqueĂamos das nossas conquistas e do que ainda temos a conquistar e refletir.

Eu gosto muito da palavra reflex,,o, pois temos que avaliar os avanĂos que tivemos. Estamos no sÈculo XXI, ocupamos v-rios espĂos da sociedade, nos Movimentos de Mulheres, dentro de instituiĂies p'blicas e na polŮtica. Percebemos claramente que muitas polŮticas p'blicas s,,o implementadas porque houve uma ruptura muito grande dentro desse processo todo, e que h- a presenĂa feminina em espĂos t,,o importantes.

Eu concordo plenamente com o que foi mencionado pelo Deputado a respeito da honestidade da maioria das mulheres. O Congresso Nacional È quem faz as leis e hoje, existem muitas mulheres que nos representam l- e apesar de todas as crises que vivenciamos, n,,o vemos mulheres sendo corrompidas. Isso nos gratifica e È importante que tenhamos consciĂncia do nosso papel; que haja uni,,o, mas n,,o uma uni,,o de feministas, mas de mulheres, para que possamos galgar novos espĂos, enfrentando a violŮncia domÈstica, que È muito presente na vida de muitas mulheres deste paŮs.

Eu gostaria de parabenizar a ampliaĂ,,o do n'mero de mulheres nas Assembleias e no Congresso Nacional, onde gradativamente, cresce tambÈm a presenĂa feminina. Inclusive, eu vou endossar o que foi dito: em 2010 nŮs teremos um grande desafio, que È aumentar o n'mero de mulheres na polŮtica. E por que n,,o eleger uma Presidenta da Rep'blica? Foi mencionado, inclusive, o nome da Dilma Rouseff para esse cargo e seria um orgulho muito grande, n,,o por ser mulher, mas pela sua capacidade, pela condiĂ,,o de governabilidade, de administraĂ,,o que ela tem. ... realmente um grande desafio para a polŮtica nacional. Ocupar um dos cargos mais altos do nosso paŮs È um grande anseio nosso.

Ent,,o, gostaria de parabenizar a todas que aqui est,,o; mulheres da cidade, mulheres rurais, que s,,o grandes lutadoras, grandes guerreiras, para quem as dificuldades est,,o atÈ mais prŮximas do que de nŮs. Que este seja um dia de reconsideraĂ,,o, reavaliaĂ,,o dos nossos papÈis e da postura que devemos adotar diante da sociedade, que deseja que nŮs continuemos fazendo a nossa parte, que È construir um paŮs melhor, com uma sociedade mais justa, onde haja a igualdade para todos, principalmente para nŮs mulheres.

(Sem revis,,o do orador)

A Senhora Presidenta (**ANTONIA SALES**) ã Depois de ouvirmos as palavras de uma mulher que honra a nossa classe, a Prefeita de BrasilÈia, Leila Galv,,o, queremos aqui pedir permiss,,o ao Deputado Edvaldo Magalh,,es para me reportar tambÈm a outra fronteira. Temos em nosso meio uma representante do Vale do Juru-, refiro-me a Janete, esposa do vice-Prefeito de M,ncio Lima, ... rito. Seja bem-vinda.

Queremos saudar as representantes da PolŮcia Militar aqui presentes e dizer que vocŮs levaram doĂura e leveza ‡quela CorporaĂ,,o. ParabÈns.

Este momento est- sendo muito apreciado, principalmente quando muitas das mulheres se re'em, como hoje, saindo da rotina. GostarŮamos que esse tempo fosse alongado. NŮs mulheres podemos ter diferentes ideologias, mas na defesa da luta da nossa classe nŮs somos muito unidas, irm,,s na luta.

Com a palavra a Senhora Nadir Morais, Secret-ria Executiva da ArticulaĂ,,o de Mulheres do Acre ã Amacre.

Senhora **NADIR MORAIS** (Secretaria Executiva da ArticulaĂ,,o de Mulheres do Acre ã Amacre) ã Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso ExcelentŮssimo Deputado Edvaldo Magalh,,es e ao mesmo tempo cumprimentar o plen-rio na pessoa da Senhora Terezinha PrudŮncio.

Fico muito feliz e agradecida em nome da ArticulaĂ,,o de Mulheres do Acre ã Amacre, por este convite maravilhoso de comemorarmos o 8 de marĂo. Mas como j- foi colocado pelas nossas colegas que nos antecederam, essa data n,,o se comemora apenas com flores, temos ainda conquistas a serem realizadas. E quero pedir a todos permiss,,o para relatar um pouco da situaĂ,,o atual das mulheres, atÈ como nŮvel de informaĂ,,o para todos os presentes.

QUEREMOS CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA, MAIS JUSTA, MAIS SAUDŮVEL

A sociedade passa por uma sÈrie de mudanĂas que demonstram avanĂos nos campos social, educacional, polŮtico e econŮmico.

Grande parte dessas mudanĂas, n,,o s,,o percebidas pelo conjunto da sociedade, haja visto a situaĂ,,o em que se mantÈm alguns significativos segmentos ligados ao poder polŮtico, resultando na permanente invisibilidade dos mesmos.

Assim tem sido as lutas empreendidas pelos Movimentos de Mulheres, em especial no nosso Estado, que tem usado in'meras estratÈgias ao longo dos 'ltimos dez anos.

Muitas dessas lutas podemos considerar vitoriosas, e evidenci--las atravÈs dos atuais organismos conquistados.

A Delegacia da Mulher, o Programa da Sa'de da Mulher, a Vara de ViolŮncia DomÈstica e Familiar contra a Mulher, as Casas abrigos e os Centros de ReferŮncia de AtenĂ,,o ‡ Mulher, como a Casa Rosa Mulher, em Rio Branco e o Centro VitŮria RÈgia em Cruzeiro do Sul. Essas conquistas, entretanto, n,,o resultaram no aumento da participaĂ,,o de mulheres em espĂos de decis,,o, sendo que grande parte desses organismos, ainda necessitam de alguns ajustes.

Vejam, por exemplo: o caso da Delegacia da Mulher hoje com uma boa condiĂ,,o fŮsica, mas, sem estrutura humana para um atendimento adequado ‡s mulheres vŮtimas de violŮncia. Outro exemplo È o programa Sa'de da Mulher que tambÈm ainda n,,o atende integralmente a mulher. Para os Senhores e as Senhoras terem uma ideia, os procedimentos existentes no programa n,,o s,,o divulgados e muitas delas s,,o encaminhadas pelos mÈdicos para fazerem exames pelo SUS que, na maioria das vezes, passa mais de um mŮs para serem realizados. Tal situaĂ,,o È inadmissŮvel para nŮs mulheres!

Ů Temos ainda o desafio da implementaĂ,,o do Plano Estadual das Parteiras Tradicionais, contemplando todas as etnias;

Ů O combate e a erradicaĂ,,o de todas as formas de violŮncia contra as mulheres indŮgenas;

Ů AmpliaĂ,,o do n'mero de Delegadas e peritos em investigaĂ,,o sensŮveis ‡ causa da mulher.

Essas deficiĂncias tornam esses organismos morosos e, portanto, sem condiĂies de cumprir seus objetivos e miss,,o.

Ao lado desse problema temos outro da mesma gravidade: as mulheres n,,o conseguem participar da vida polŮtica via espĂos de decis,,o.

Observem o n'mero de Vereadores eleitos no 'ltimo pleito. Rio Branco elegeu apenas uma. TŮm municŮpios do Estado do Acre onde nenhuma mulher foi eleita.

Esse n'mero deve causar preocupaĂies n,,o apenas nos movimentos de mulheres, mas principalmente, aos Poderes constituŮdos, respons-veis de cumprir as determinaĂies constitucionais e aos in'meros tratados de convenĂies assinados pelo Governo Brasileiro e reproduzidos nos Planos Nacional e Estadual de Mulher, cujo item iMulher nos EspĂos de Poder e Decis,,oi È enf'tico.

Portanto nŮs mulheres do Acre queremos e precisamos de mais mulheres nos espĂos de poder, garantindo a nossa participaĂ,,o e decis,,o polŮtica no processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Neste 8 de marĂo de 2009, nŮs, mulheres do Acre, queremos cobrar do Poder Legislativo e do Poder Executivo, medidas que efetivamente mudem a realidade do nosso Estado e em especial de nossa cidade, garantindo o funcionamento dos instrumentos de poder, conquistados ao longo da nossa luta.

Solicitamos o apoio dos Senhores e Senhoras Parlamentares, assim como das demais autoridades aqui presentes comprometidas com a justiĂa social e com a equidade de gŮnero, para formarem uma frente de trabalho no sentido de consolidar as nossas conquistas e garantir o avanĂo da nossa luta, sem retrocesso.

Lembrando o Hino Acreano: iSem recuar, sem cair, sem temer!i

Neste momento nŮs do Movimento de Mulheres, parabenizamos a todas as mulheres do nosso Estado: Ůndias, brancas e negras em todos os nŮveis sociais pelas nossas lutas e conquistas.

È È neste momento que nos solidarizamos com as famŮlias: m,,es, filhos e filhas das mulheres que morreram vŮtimas da violŮncia domÈstica, das guerras e das cat-strofes.

AMACRE ArticulaĂ,,o de Mulheres do Acre (Sem revis,,o do orador)

A Senhor Presidenta (**ANTONIA SALES**) ã Com a palavra a Senhora Jane Vasconcelos.

Senhora **JANE VASCONCELOS** (vice-Presidenta do Sindicato dos Jornalistas) ã Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade, parabenizar o Presidente Edvaldo Magalh,,es pela sensibilidade, porque como meninas,

m,,es, mulheres, que somos, nŮs sabemos como È importante este momento. O ano passado, nŮs realizamos o primeiro Encontro de Mulheres Jornalistas e foi bastante prazeroso. Foi t,,o bom poder nos conhecermos melhor! Desde a hora em que eu cheguei, estava pensando: Meu Deus! S,,o tantas mulheres, s,,o tantas vidas que se entrelaAm e que ajudam a construir a histŮria do nosso Estado e do nosso paŮs!

O fato de estarmos aqui, hoje, vai interferir de uma maneira muito positiva na vida dos nossos filhos que j- est,,o no mercado de trabalho ou estudando. Ent,,o, agradeAo pela oportunidade, Presidente. Espero que outros momentos como este possam acontecer.

No final do mŮs, realizaremos o segundo encontro de Mulheres Jornalistas. NŮs temos um trabalho muito difŮcil, mas tambEm muito prazeroso, porque foi a nossa escolha de vida. ... difŮcil, porque nŮs convivemos diariamente com a violŮncia. Esses n' meros apresentados pela mŮdia, passam, primeiro, pelas redaAŮes.

O cinegrafista que toma a imagem, a jornalista que conversa com a famŮlia, que vai ‡ delegacia e que acompanha todo o processo, de certa forma, v,,o sendo sensibilizados, porque quando fazemos um trabalho como este, fica dentro de nŮs um pouquinho do drama vivido.

Quando eu cheguei aqui, eu me emocionei ao receber uma rosa, porque todas as vezes que eu ganhava uma rosa, eu a levava para minha avŮ e ela gostava muito. Ela j- n,,o enxergava mais e foi para junto do nosso Pai com 86 anos. Eu lembrei dela, porque a violŮncia faz parte da nossa histŮria tambEm. A minha avŮ morava em Assis Brasil e depois de sofrer v-rios tipos de violŮncia, ela decidiu vir embora para BrasilEŮia. Para isso, ela teve que tomar uma decis,,o, porque ela dizia assim: minha filha, enquanto ele me ameaaava eu aguentava mais um dia, mas ele disse que mataria a mim e os meus filhos. Ent,,o, ela botou os seis filhos em uma canoa e veio de Assis Brasil para BrasilEŮia. Eles paravam nas praias e as crianAas chupavam melancia e ‡ noite, eles paravam em algum lugar para dormir.

Ent,,o a violŮncia È real e È muito difŮcil, num momento como esse, n,,o falar em violŮncia. Minha avŮ foi uma vencedora. Criou todos os filhos, todos se formaram e s,,o pessoas com formaA,,o, tambEm, moral, preparadas para vida e para educar. Hoje est,,o dando a sua contribuiA,,o para a sociedade.

Eu fui criada dentro de uma escola. Muitas pessoas trocaram minha fralda, porque minha m,,e sempre foi diretora de escola em BrasilEŮia. Ent,,o, assim era nossa rotina: os livros, o fazer, o discutir, o participar.

Estarmos aqui, hoje, parece uma coisa simples, mais n,,o È. E eu n,,o estou aqui para falar da violŮncia que nŮs j- conhecemos, mas sim para trazer uma palavra de esperanAA para os nossos coraAŮes. Eu acredito que nŮs podemos sim, interferir nesse processo de violŮncia que nŮs vivemos hoje. Se cada uma de nŮs, decidiu-se dividir a nossa histŮria, contar para as outras mulheres o seu drama, certamente ajudarŮamos umas as outras. VocŮ que È jornalista, divida com outras jornalistas o que vocŮ j- sofreu, j- viveu. Quem est- no Judici-rio, divida com seus pares, conte como vocŮ passou por todo esse processo. Se cada uma de nŮs for contar o caso de alguma violŮncia que j- sofreu, algum preconceito, a Sess,,o n,,o termina mais. Ent,,o, que nŮs possamos aprender que quando compartilhamos nossa histŮria, estamos ajudando a mudar a histŮria de outras mulheres, com uma palavra de esperanAA ou apenas ouvindo.

Enquanto nŮs estamos aqui, nesse momento especial, proporcionado por esta Casa, mulheres continuam a ser violentadas, mortas, assassinadas e algumas das que sobrevivem, continuam dentro de casa, sem conseguir tomar decisŮes. Muitas s,,o violentadas no que elas tŮm de melhor, que s,,o suas ideias. NŮs somos feitas para criar, Deus nos fez assim. NŮs n,,o queremos ser mais do que os homens, atEm porque, juntos, somos perfeitos. ... assim que deveria ser o nosso cotidiano.

O nosso Presidente Marcos Vicente, tem muita sensibilidade nesse sentido. Referi-me a ele, porque tudo que nŮs decidimos, seja para definir, para discutir, para colocar a nossa situaA,,o, ele sempre nos apŮia.

Portanto, espero que no nosso dia-a-dia, possamos falar dessa esperanAA. Se conseguimos chegar atEm aqui, foi porque Deus tem um propŮsito para cada vida e, com certeza, no ano que vem nŮs teremos outras mulheres aqui, contando outras histŮrias de vitŮria. Mulheres que estar,,o vivas, porque ouviram a sua histŮria, porque descobriram como vocŮ venceu. Cada um de nŮs tem uma histŮria de conquista, mas tambEm de muita luta no nosso dia-a-dia, no nosso local de trabalho, nos nossos lares, mas eu creio que nesse momento, o fato de estarmos juntas e de comeAArmos a dividir essas histŮrias, vai sim interferir de uma maneira muito positiva.

Portanto, n,,o vamos esperar apenas pelo Poder p' blico. O Governo Lula tem v-rios projetos de combate ‡ violŮncia, mas qual È a sua postura dentro da sua casa? Na sala de aula? Na faculdade? Como È que vocŮ se comporta diariamente? A responsabilidade È sempre do outro? Ser- que a culpa È sŮ dos homens?

Quando eu era adolescente, l- em BrasilEŮia, nŮs particip-vamos sempre de muitas discussŮes sobre isso. ... muito f-cil dizer que a culpa da violŮncia È dos homens, mas quem educa esses homens? Quem ensina a crianAA que rosa È cor de mulher e azul È cor de homem? Que em raz,,o do sexo, a pessoa pode ou n,,o fazer algo?

NŮs precisamos fazer uma reflex,,o muito sEria para ajudar a mudar essa situaA,,o. Queremos ajudar, mas o que estamos fazendo para isso? Ser- que sŮ o Poder P' blico tem essa obrigaA,,o? N,,o. Cada uma de nŮs, na sua -rea, no seu cantinho pode contribuir. Por exemplo: as nossas margaridas lindas. Eu moro ali no Tucum,,e sempre quando eu passo, elas est,,o trabalhando, rindo, e algumas retocam o batom, ajeitam o cabelo. AŮ eu digo: Meu Deus! Que coisa linda! Elas sentem prazer no que fazem. E È isso o que nŮs precisamos sentir todos os dias, n,,o importa onde estejamos.

Mas quero enfatizar que o melhor prazer È dividir a nossa histŮria. N,,o deixe que a tua histŮria seja um livro fechado. Abra-o todas as vezes que se deparar com uma mulher que est- sofrendo, que est- chorando, sem esperanAA.

Que esse 8 de marAo seja mais uma oportunidade para refletirmos sobre o nosso papel. O que estamos fazendo? Como eu, enquanto vice-Presidenta do Sindicato

dos Jornalistas posso ajudar? O que cada presidente de bairro pode fazer? PorEm, È dentro do seu lar, que vocŮ que È m,,e e esposa, pode fazer o melhor.

Eu creio que essa histŮria t,,o bonita que vem sendo construŮda no nosso Estado, com certeza tem as nossas m,,os, os nossos sonhos e os nossos desejos.

Eu quero pedir permiss,,o para o Presidente para quebrar o protocolo, pois eu gostaria de fazer uma oraA,,o. Eu convido a todos a ficarem de pE. (ORANDO)

Obrigada e GlŮria a Deus. Em nome de Jesus.
(Sem revis,,o do orador)

A Senhor Presidenta (**ANTONIA SALES**) ñ Com a palavra a Deputada Maria Antonia.

Deputada **MARIA ANTONIA** (LŮder do PP) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa das minhas colegas de BrasilEŮia, cidade onde eu nasci, a Prefeita Leila Galv,,o, a Jane Vasconcelos, que para mim ainda È GenEŮsia, pois na nossa inf,ncia ela era conhecida assim e atEm hoje e lembrada dessa forma. Quero cumprimentar as mulheres e homens que se encontram presentes no Sal,,o do Povo. Sa' do a DrTM Dilza e em seu nome cumprimento todas as mulheres que se encontram aqui presentes.

Quero agradecer ao Presidente Edvaldo Magalh,,es por essa iniciativa da Mesa Diretora em homenagear as mulheres acrianas, pelo dia 8 de marAo e desejar a todas as mulheres do Brasil e do nosso Estado, em especial ‡s mulheres do Vale do Juru-, da minha querida cidade de Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul e M,ncio Lima, que tenham muita sa' de em seus lares, paz e que seus desejos sejam alcanAados.

A minha homenagem ser- para uma mulher simples e humilde, sofredora que foi acometida por uma doenAA, mas nŮs sempre dizemos que toda mulher È forte e batalhadora, ent,,o eu tenho certeza de que essa È uma das mulheres mais fortes do nosso Estado. Estou falando da nossa amiga Terezinha, ex-esposa do Bacurau, que se encontra presente nesta solenidade.

Ela foi acometida pela hansenŮase, mas nem por isso baixou a cabeAA, diante das dificuldades. Casou-se novamente e hoje gosta de danAAr. VocŮ Terezinha È um exemplo de mulher; por isso quero convid-la para vir a frente receber um buquŮ de flores, porque vocŮ representa todas as mulheres que aqui se encontram. Eu gostaria de poder entregar um buquŮ desses a cada mulher que est- aqui. Mas eu tenho certeza de que ela È um exemplo de pessoa e vocŮs estar,,o bem representadas.

Quero agradecer a presenAA de todas as mulheres que aqui representam as suas instituiAŮes, porque acho que vocŮs est,,o nos prestigiando com suas presenAas e alegria.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHVES**) ñ Obrigado Deputada. O Deputado MoisEs Diniz, nas reunies internas, dizia que a oportunidade È uma mulher careca, que tem apenas uma mecha de cabelos por cima e passa sempre correndo na frente das pessoas, ent,,o as pessoas deveriam estar muito atentas para n,,o perdŮ-la. Eu nunca gostei muito desse exemplo. Mas, ontem, eu participei de uma solenidade e fiquei muito orgulhoso das palavras que essa mulher proferiu, porque numa -rea t,,o sensŮvel como È a SeguranAA P' blica, essa mulher n,,o perdeu a oportunidade.

QuerŮamos passar a palavra a DrTM M-rcia Regina, parabenizando-lhe pela coragem de assumir a Secretaria de SeguranAA P' blica do Estado do Acre.

Doutora **MŮRCIA REGINA** (Secret-ria de SeguranAA P' blica) ñ Senhor Presidente, Deputado Edvaldo Magalh,,es, Deputada Antonia Sales, na pessoa de quem eu sa' do todos os Parlamentares e servidores desta Casa. Eu quero saudar as mulheres maravilhosas deste plen-rio, na pessoa da coordenadora da nossa DEAM, DrTM. Marde Uchaua, uma das nossas integrantes da forAA militar que nŮs temos no Acre.

Quando eu cheguei aqui para esta solenidade, o Deputado Edvaldo Magalh,,es me surpreendeu dizendo que eu ia discursar e depois de tudo que eu ouvi, do relato do Deputado MoisEs Diniz, falando das in-meras coisas que nŮs temos que fazer para estarmos aqui, ainda tem a quest,,o do improviso. Eu acho que a mulher tambEm tem a versatilidade de improvisar e o maior exemplo disso È a histŮria de uma princesa plebEŮia, que diante do mundo, vendo seu filho chorar, coloca um dedinho na sua boca para acalent-lo. ... por essa sensibilidade da mulher, essa versatilidade da alma feminina que eu acho que a SeguranAA ganha.

Ontem eu falava que eu n,,o sou uma mulher corajosa, corajosas s,,o aquelas que enfrentam a violŮncia di-ria. Essas s,,o corajosas e foi pensando nelas que eu aceitei o desafio da SeguranAA P' blica do Estado do Acre. Claro que hoje, depois de todo um trabalho ao longo desses 10 anos e mais recentemente na gest,,o do Governador Binho Marques, a SeguranAA P' blica, est- reconfigurada. A Secretaria passa a ter um papel mais estratEgico, a coordenar a aA,,o policial e de v-rios setores de forma mais articulada e integrada.

O Deputado Nogueira Lima trouxe um relato que mostra como a SeguranAA tem interfaces com outras -reas que, ‡s vezes, n,,o damos tanto valor. A violŮncia contra meninas, contra a mulher, tem uma raiz mais profunda e nŮs precisamos nos atentar para isso e fazer essas interfaces para que avancemos e faAamos baixar os Ůndices dessa violŮncia.

Ent,,o, eu fico muito feliz pela oportunidade agradeAo ‡ Assembleia por esse momento. Parabenizo a todas as mulheres presentes. ReconheAo aqui, v-rias pessoas com quem eu aprendo desde o inŮcio da minha carreira profissional.

Gentilmente, a DrTM NazarE me fez uma homenagem, a qual agradeAo muito e coloco-me ‡ disposiA,,o para, junto com vocŮs, fazer o melhor pela SeguranAA P' blica do Acre.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHVES**) ñ Chamamos a Senhora Carla Cristina que far- uma interpretaA,,o. (PAUSA)
Meninas! Muito obrigado pela presenAA.
Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sess,,o Solene e convocamos uma Ordin-ria para dia e hora regimental.

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 107/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos da Lei n.
1.911, de 31 de julho de 2007."

PARECER N. 194/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 107/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.911, de 31 de julho de 2007."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 107/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos da Lei n.
1.911, de 31 de julho de 2007."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇA SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei n. 1.911, de 31 de julho de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

...

III - Diretoria de Gestão Técnica:

- a) Departamento de Fiscalização e Denúncias;
- b) Departamento de Licenciamento e Monitoramento Ambiental de Atividades Potencialmente Degradoras; e
- c) Departamento de Licenciamento e Monitoramento Ambiental de Propriedades Rurais;

...

Art. 3º Ficam criados cargos em comissão, escalonados em simbologia de CEC-1, CEC-2, CEC-3, CEC-4 e CEC-5, cuja remuneração respectiva corresponde a R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais); R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais); R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) e R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

§ 1º A instalação e preenchimento dos cargos criados no caput terá o valor referencial mensal de R\$ 94.480,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais), não incluídos os encargos sociais e previdenciários correspondentes." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:
JOSE LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGE CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:
PERPETUA DE SA (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 108/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos da Lei
n. 1.688, de 8 de dezembro de 2005."

PARECER N. 195 /2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 108/2008; de autoria do Poder Executivo, que "Altera e acresce dispositivos da Lei n. 1.688, de 8 de dezembro de 2005."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 108/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos da Lei
n. 1.688, de 8 de dezembro de 2005."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇA SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 8º, 9º, 13 e 25 da Lei n. 1.688, de 8 de dezembro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º...

...

§ 9º O mandato de dois anos previsto no § 2º termina, coincidentemente para todos os membros, independentemente de haver o membro sido nomeado para substituir outro membro no transcurso desse período.

Art. 9º ...

I - ordinariamente, em reuniões trimestrais; e

...

Art. 13. ...

...

VI - reunir-se trimestralmente, em data anterior à reunião ordinária do Conselho Estadual de Previdência Social - CEPS, prevista no inciso I, do art. 9º.

Art. 25. Ao término do exercício, o excedente acumulado de recursos arrecadados ao longo do ano, a título de taxa de administração, que ultrapasse o valor equivalente a um duodécimo, será reincorporado ao Fundo de Previdência Social - FPS.

Parágrafo único. O excedente de que trata o caput deste artigo poderá ser destinado à constituição de reservas, com finalidades específicas, prioritariamente na melhoria do atendimento aos inativos e pensionistas, desde que assim delibere o CEPS dentro do exercício considerado." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

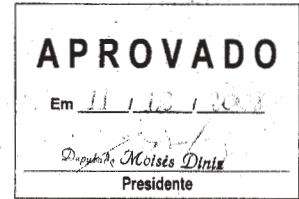
Deputados:

JOSE LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)



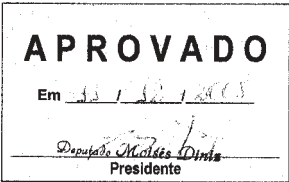
PROJETO DE LEI N. 110/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui o Programa Estadual de Economia Solidária - PEES/AC."

PARECER N. 196/2008
REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 110/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Institui o Programa Estadual de Economia Solidária - PEES/AC."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator



PROJETO DE LEI N. 110/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Institui o Programa Estadual de Economia Solidária - PEES/AC."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Economia Solidária – PEES, com o objetivo de fomentar o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários, buscando articular-se com os demais programas e políticas públicas estaduais de inclusão social e geração de trabalho e renda.

Art. 2º A economia solidária compreende as formas coletivas de organização econômica desenvolvidas pela sociedade civil para a geração de trabalho e renda, voltadas à produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização e consumo solidário, em empreendimentos com autogestão e que tenham por características, entre outras:

- I - gestão democrática, transparente e de cooperação;
- II - autogestão dos empreendimentos;
- III - distribuição equitativa dos recursos econômicos proporcionalmente ao trabalho coletivamente realizado;
- IV - rotatividade de, no mínimo, um terço dos integrantes dos órgãos decisórios, diretoria e conselhos, a cada mandato;
- V - contratação eventual de trabalhadores não associados limitada até dez por cento do total de trabalhadores associados; e
- VI - produção e comercialização coletivas.

Art. 3º O Programa Estadual de Economia Solidária é vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Segurança Social - SEDSS.

Art. 4º São objetivos do Programa Estadual de Economia Solidária:
I - apoiar a realização de eventos e a comercialização de produtos da Economia Solidária;
II - apoiar materialmente a produção industrial e artesanal de empreendimentos solidários;
III - fortalecer os empreendimentos solidários por meio de ações de assistência técnica e organização, produção e comercialização dos produtos e serviços e elaboração de projetos;
IV - apoiar a capacitação, formação e treinamento de integrantes dos empreendimentos de economia solidária de acordo com suas necessidades;
V - propor medidas de incentivo e acesso ao Programa Estadual de Micro Crédito;
VI - articular e difundir o programa junto às cadeias produtivas para incentivar a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária.

Art. 5º Fica criado o Conselho Estadual de Economia Solidária, com o objetivo de articular as políticas do programa estabelecido por esta lei com os demais programas estaduais voltados à inclusão social e geração de trabalho e renda, propondo ações de fortalecimento da economia solidária.

Art. 6º Ao Conselho Estadual de Economia Solidária, entre outras, compete:
I - gerir o programa de economia solidária;
II - estimular a participação da sociedade civil e do Poder Público no âmbito do programa de economia solidária;
III - propor diretrizes e prioridades para o programa de economia solidária;
IV - propor a articulação com os demais programas;
V - avaliar as ações do programa e propor medidas de aperfeiçoamento;
VI - promover a cooperação com os demais conselhos estaduais voltados ao combate a pobreza, inclusão social e geração de trabalho e renda;
VII - orientar e propor as modalidades e ações do Fundo Estadual de Microcrédito - FUNCRED; e
VIII - elaborar seu regimento interno.

Art. 7º O Conselho Estadual de Economia Solidária terá composição paritária entre a sociedade civil e o Poder Público, definindo-se seus integrantes no regulamento desta lei.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSE LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PARECER N. 198/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 113/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Poder Executivo a doar bens móveis às famílias pobres ou em condições de extrema pobreza inseridas nas Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP's e às instituições sem fins lucrativos."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar bens móveis considerados inservíveis às famílias pobres ou em condições de extrema pobreza inseridas nas Zonas de Atendimento Prioritário - ZAP's e às instituições sem fins lucrativos.

§ 1º Os bens são aqueles constantes no Anexo Único desta lei, bem como aqueles que a lei já tenha autorizado ou venha a autorizar sua alienação por serem considerados inservíveis.

§ 2º São consideradas Zonas de Atendimento Prioritário - ZAP's as áreas urbanas ou rurais ocupadas por grupos dispersos ou concentrados de famílias, em território definido, com baixo nível de acesso a serviços públicos básicos, tendência a níveis de pobreza elevados, alta vulnerabilidade ambiental e, predominantemente, baixo capital social.

Art. 2º Os bens serão identificados, cadastrados e avaliados pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA e postos à disposição da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS e da Secretaria de Estado de Habitação e de Interesse Social - SEHAB, para distribuição, de acordo com critérios estabelecidos em regulamento conjunto dos órgãos mencionados neste artigo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

ANEXO ÚNICO

TENS	DESCRIÇÃO DOS BENS	VALOR UNITÁRIO R\$
1	Geladeira Consul 250L e 340 L 1 duplex + 1 sucata	30,00
2	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
3	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
4	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
5	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
6	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
7	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	5,00
8	Fogão industrial 2, 4 e 6 bocas	20,00
9	Freezer Reubly com 1 porta	50,00
10	Freezer vertical com porta de vidro	50,00
11	Freezer Prosdócimo e Elegê 2, 3 e 4 portas	50,00
12	Freezer Cônsul, Metalfrío, Eletrolux c/ 1 e 2 portas	50,00
13	Ar Cond. Consul/Carrier/Spring 7,5 10, 12, 15, 18, 30 BTU'S	40,00
14	Ar Cond. Elect/Elgin/Sanyo/spring 10,12,15,18,21 BTU'S	40,00
15	Ar Cond. Springer 10.000 BTU'S + 16 frentes ar	40,00
16	Ar Cond. Springer 12,15,,18, 21 BTU'S + 10 frentes ar	40,00
17	Aparelho de fax Sharp UX-P200 diversas marcas	5,00
	Aparelho de fax Sharp UX-P200 diversas marcas	5,00
18	Aparelho de TV 14 polegadas CCE, Philips, RCA, Sharp	15,00
	Video cassete diversas marcas de 2,3 e 4 cabeças	3,00
19	Aparelho de TV 14 polegadas CCE, Philips, RCA, Sharp	15,00
	Aparelho de TV 20 polegadas diversas marcas	15,00
20	Video cassete diversas marcas de 2,3,4 cabeças	3,00
21	Aparelho de TV 20 polegadas diversas marcas	15,00
	Video cassete diversas marcas de 2,3,4 cabeças	3,00
22	Aparelho de TV 20 polegadas diversas marcas	15,00
	Video cassete diversas marcas de 2,3 e 4 cabeças	3,00
23	Aparelho de TV 20 polegadas diversas marcas	15,00
	Conector de antena parabólica	1,00
24	Bebedouros	10,00
25	Blocos de motores e aparelho de pressão de coluna	1,00
26	Cadeiras escolares diversas	2,00
	Cadeira fixa com encosto p/auditório (de cor vermelha)	7,00
	Cadeira fixa sem encosto diversas cores	7,00
	Cadeira giratória acolchoado com apoio p/braços da (cor bege)	7,00
27	Cadeira giratória acolchoado sem encosto	7,00
	Cadeira giratória com encosto (de cor cinza)	7,00
	Cadeira giratória de napa com encosto (de cor preta)	7,00
	Cadeira giratória fixa com dois lugares (de cor amarela)	7,00
	Cadeira giratória sem encosto (de cor amarela)	7,00
28	Cadeira long.c/3 assentos	7,00
	Cadeiras acolchoado fixa com encosto (de cor vermelha)	7,00
	Cadeiras acolchoado fixa sem encosto (de cor preta)	7,00

	Cadeiras de rodas	7,00
29	Cadeiras giratória com pés e rodízio, assento e encosto acolchoado com apoio p/ braços (grande)	7,00
	Cadeiras giratórias com assento sem encosto, com pés e rodízio acolchoado	7,00
	Cadeiras giratórias sem encosto cinza e vermelha	7,00
30	Cadeira acolchoado c/ encosto diversas cores	7,00
	Cadeira acolchoado fixa com 4 lugares	7,00
	Cadeira acolchoado fixa com encosto (de cor preta)	7,00
	Cadeira acolchoado fixa escolar (de cor verde)	7,00
	Cadeira acolchoado giratória (de cor quadriculada)	7,00
	Cadeira acolchoado s/ encosto (de cor preta)	7,00
	Cadeira com três lugares acolchoado com assento (de cor preta)	7,00
31	Cadeira em palhinha giratória, com pés e rodízio, com assento e encosto	7,00
	Cadeira em palhinha com rodízio	5,00
	Cadeira em palhinha fixa e giratória	5,00
	Cadeira em palhinha fixa com 3 lugares	5,00
32	Cadeira em palhinha fixa com assento e encosto	5,00
	Cadeira fixa acolchoado com 4 lugares (de cor cinza)	7,00
	Cadeira fixa acolchoado com encosto (de cor bege)	7,00
	Cadeira fixa acolchoado com encosto (de cor vermelha)	7,00
	Cadeira fixa acolchoado com pés e encosto (de cor cinza)	7,00

33	Cadeira fixa acolchoado com pés e encosto (de cor cinza)	7,00
	Cadeira fixa acolchoado diversas cores	7,00
	Cadeira fixa acolchoado sem encosto (de cor preta)	7,00
	Cadeira fixa com assento acolchoado sem encosto (de cor preta)	7,00
	Cadeira fixa com assento e encosto acolchoado, grande (de cor cinza)	7,00
34	Mat. inform. Link Skay /IBM	1,00
	Mat. inform. placas para computador	3,00
	Mat. inform. caixinha de som para computador	0,50
	Mat. inform. CPU IBM G-40, Intel, Itaute, Ig, Linco, Bayteon diversos	2,50
	Mat. inform. estabilizadores correntes diversas marcas e modelos	1,00
	Mat. inform. impressoras HP, Cannon, Epson, Xerox	4,00
	Mat. inform. leitor de cd e disquete	0,25
	Mat. inform. Modem	2,50
	Mat. inform. monitores de diversas marcas e modelos	3,00
	Mat. inform. Mouse p/ computador	0,20
	Mat. inform. Nobreak diversas marcas e modelos	1,50
	Mat. inform. Scanner Epson e diversas marcas e modelos	2,00
	Mat. inform. teclados para computador	0,50
	Adaptador de internet	1,00
35	Carteiras escolares c/ estrutura de ferro (de cor verde)	1,00
	Carteiras escolares p/ crianças c/3 pernas	1,00

36	Caixa amplificadora diversas toca disco e toca fita	10,00
	Aparelho de som AIWA e CCE e internacional	20,00
	Apar. Microsystem Akio, Britania, CCE, Lennox, Philips	10,00
37	Pia Inox	20,00
	Bombas de puxar água	5,00
	Bancos para lanches escolares	5,00
	Máquina de embalar marmite	1,00
38	Cama de solteiro sem grade em madeira de lei	30,00
	Armários Isma com 2 portas e sem prateleiras	5,00
	Armários Pandim c/ 2 portas de vidro e c/ 3 prateleiras	5,00
	Aspirador Cirúrgico Nevoni	1,00
	Balcão Madeira com 4 portas para recepção	20,00
	Bancos em madeira	3,00
39	Aparelhos telefônicos fixos diversas marcas	1,00
	Celulares diversas marcas e modelos	1,00
40	Máquinas de datilografia manual diversas	3,00
	Calculadoras elétricas	6,00
	Conversor Sirono	1,00
	Escada de ferro c/ 2 degraus	4,00
	Estante com 5 e 6 prateleiras	4,00
	Fonles	1,00
	GPS	20,00
	Grampeador de papel	1,00
	Luz de emergência	5,00
	Máquina calculadora elétrica Olivetti	10,00
	Mesas diversas	5,00
	Calculadoras elétricas	6,00
41	Poltrona almofadada	10,00
	Sofá de dois e três lugares (de cor vinho)	15,00
	Criado mudo com 3 gavetas	10,00
	Máquinas elétricas de datilografia diversas	5,00
	Armários em aço com 4 prateleiras (arquivo)	5,00
	Armário 6 prateleiras	5,00
	Armário aço/arquivo	5,00
	Armário com 2 portas	5,00
	Armário com 2 portas e 3 prateleiras	5,00
	Armário com 3 prateleiras (pequeno)	5,00
	Armário com 4 prateleiras (grande e grande)	5,00
42	Armário de aço	5,00
	Calculadoras elétricas	6,00
	Armário de ferro c/ 4 portas	5,00
	Armário em aço	5,00
	Armário em aço com 2 portas de vidro	5,00
	Armário em madeira com 2 portas	5,00
	Armário em madeira com 2 portas (de cor cinza)	5,00
	Armário em madeira com 2 portas de e 6 prateleiras	5,00
	Armário em madeira cong. com 2 portas sem prateleiras	5,00
	Armário Isma com 2 portas e 3 prateleiras	5,00
	Armários com 2 portas c/ 2,3 e 4 prateleiras P/M/G	5,00

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSE LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGE CAMPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 11 / 12 / 2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 114/2008

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Cria o Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE."

PARECER N. 199/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 114/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Cria o Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em 11 / 12 / 2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 114/2008

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

EMENTA: "Cria o Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE, entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por finalidade precípua humanizar, planejar, coordenar, implementar, articular, supervisionar, fiscalizar e executar as diretrizes do que preceituam a Constituição Federal e o disposto na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, relativo à execução de medidas sócio-educativas.

Art. 2º O ISE, tem sede e foro no Município de Rio Branco, com abrangência em todo o território do Estado do Acre e goza de todas as prerrogativas legais asseguradas às autarquias.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao ISE:

I - cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, o ECA;

- II - coordenar, monitorar, supervisionar e avaliar a implantação, a execução e o desenvolvimento do Sistema Sócio-educativo, no âmbito de suas competências;
- III - articular e facilitar a promoção da intersetorialidade em nível governamental e com os demais poderes de forma a realizar uma ação articulada e harmônica;
- IV - promover o acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema de execução de medidas sócio-educativas de internação e semi-liberdade;
- V - realizar estudos e pesquisas necessárias ao conhecimento e diagnósticos da situação da adolescência do Estado, para fins de planejamento de suas ações, projetos e programas;
- VI - realizar ações voltadas à prevenção da reincidência de prática de ato infracional por adolescentes egressos do Sistema Sócio-Educativo;
- VII - celebrar convênios, acordos, parcerias e cooperações, com a União, os Estados, os Municípios, além de organismos internacionais públicos ou privados, organizações não-governamentais – ONG's e iniciativa privada;
- VIII - desenvolver ações de apoio técnico e financeiro aos municípios, consórcios intermunicipais e organizações da sociedade civil envolvidas na implantação da política de municipalização da execução do atendimento em meio aberto ao adolescente em conflito com a lei;
- IX - zelar pela melhoria constante da qualidade do atendimento prestado; e
- X - outras que vierem a ser estabelecidas em seu Regimento Interno.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 4º A Estrutura Organizacional Básica do ISE, compreende:

- I - Administração Superior:
 - a) Presidência; e
 - b) Corregedoria.

- II - Órgãos de Atividade Meio;
- III - Órgãos de Atividade Fim; e
- IV - Unidades Operacionais de Execução de Medidas Sócio-Educativas.

Art. 5º São atribuições da Presidência:

- I - responder pelo ISE;
- II - assessorar o Governador do Estado nos assuntos relacionados ao adolescente autor de ato infracional;
- III - elaborar e propor alterações no Regimento Interno do Instituto, submetendo-as à aprovação pelo Chefe do Poder Executivo;
- IV - submeter à apreciação do Governador do Estado proposta de abertura de concurso público para provimento dos cargos do ISE;
- V - estabelecer as relações interinstitucionais de interesse do ISE, articulando sua ação com outros órgãos governamentais – federais, estaduais e municipais – e com organizações da sociedade civil, no sentido de viabilizar a implantação de programas e projetos regionais de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
- VI - indicar, nos casos de ausências ou impedimentos temporários de quaisquer gerentes ou diretores, os servidores que devam substituí-los;
- VII - celebrar contratos, convênios e demais ajustes;
- VIII - constituir comissões;
- IX - determinar a abertura e homologar o encerramento de processo sindicante e administrativo disciplinar;
- X - promover a elaboração do orçamento anual e plurianual do ISE;
- XI - ordenar despesas, promovendo atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro, bem como autorizando as aplicações e investimentos efetuados com os recursos do ISE, conforme o plano anual de investimentos aprovado;
- XII - determinar a realização de inspeção e correição extraordinária nos órgãos do ISE;
- XIII - fazer indicações ao Governador do Estado para o provimento de cargos em comissão e prover funções gratificadas no âmbito do ISE;
- XIV - submeter as contas anuais do ISE ao Tribunal de Contas do Estado - TCE;
- XV - participar de conselhos e colegiados de interesse do ISE;
- XVI - expedir Instruções Normativas deliberando, instruindo e normatizando sobre a organização e o funcionamento dos órgãos que compõem o ISE;
- XVII - exercer a presidência do Conselho Diretor do Fundo de Ações Sócio-Educativas; e
- XVIII - desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 6º São atribuições da Corregedoria:

- I - inspecionar periodicamente o funcionamento dos órgãos do ISE;
- II - realizar correição geral ordinária, sem prejuízo das extraordinárias;
- III - verificar a regularidade dos serviços, a observância dos prazos judiciais e o cumprimento das normas;
- IV - verificar os casos de ausência, desídia, abuso de poder, abuso de confiança e incapacidade gestora no âmbito administrativo que importem em atentado à legislação vigente que rege a política de execução de medidas sócio-educativas e outras legislações aplicáveis à entidade;

- V - submeter à apreciação da Presidência fatos que se mostrem relevantes à segurança e ao funcionamento regular do ISE;
- VI - conhecer das representações e reclamações relativas aos serviços sócio-educativos, promovendo as diligências que se fizerem necessárias;
- VII - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e planos de ação definidos pela Presidência e, se detectadas irregularidades, determinar a apuração de responsabilidade administrativa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, quando couber;
- VIII - homologar, junto à Presidência, a abertura e o encerramento de processos administrativos sindicantes; e
- IX - desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 7º As demais atribuições dos cargos correlatos às atividades meio e fim da estrutura organizacional básica do ISE serão dispostas em Regimento Interno da Autarquia.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO PATRIMONIAL E DAS RECEITAS
Seção I
Do Patrimônio

Art. 8º O patrimônio do ISE é direcionado à sua manutenção e à gestão dos serviços prestados ao adolescente autor de ato infracional, sendo formado:

- I - por bens móveis e imóveis em uso pela Secretaria Extraordinária de Ações Sócio-Educativas - SEAS;
- II - valores e rendas, adquiridos ou transferidos ao ISE;
- III - por direitos que lhe sejam adjudicados, transferidos ou constituídos; e
- IV - por outras fontes não defesas em lei.

Seção II
Das Receitas

Art. 9º O ISE terá sua receita constituída por:

- I - dotações orçamentárias;
- II - recursos repassados pelo Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente do Estado do Acre;
- III - produto das operações de crédito que venha a realizar;
- IV - produto da alienação de bens patrimoniais considerados inservíveis ou em desuso;
- V - auxílios, contribuições, subvenções e dotações da União, de outros Estados ou de Municípios;
- VI - recursos oriundos de convênios, contratos e outros ajustes;
- VII - o resultado dos negócios das atividades economicamente produtivas do ISE;
- VIII - doações e legados; e
- IX - outras receitas.

§ 1º A receita do ISE, será contabilizada e obrigatoriamente movimentada por meio de conta especial, aberta em instituição financeira oficial, exceto as receitas decorrentes da celebração de contrato, convênio ou outro tipo de ajuste, cujos termos determinem, expressamente, o recolhimento em instituição financeira distinta, observadas, em quaisquer casos, as normas vigentes sobre a matéria.

§ 2º As contas referentes à movimentação de recursos emanados do ISE, serão submetidas ao TCE.

CAPÍTULO V
DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES

Art. 10. Os cargos e funções do quadro do Instituto compreendem:

- I - cargos de provimento efetivo;
- II - cargos em comissão;
- III - funções gratificadas;

§ 1º Cargo de provimento efetivo é o que detém o atributo de efetividade para o seu provimento, mediante prévia aprovação em concurso público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.

§ 2º Cargos em comissão são os de livre nomeação e exoneração, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 3º Funções gratificadas correspondem a funções de confiança, constituindo-se em um grupo de responsabilidades a atribuições adicionais, em caráter transitório e de confiança, exercidas exclusivamente por servidor ocupante de cargo de provimento efetivo.

§ 4º Ficam criados na estrutura organizacional do ISE os cargos, vencimentos e respectivas jornadas de trabalho, consoante estabelecido nos Anexos I e II.

§ 5º Os servidores que desempenham suas atividades nas unidades operacionais de execução de medidas sócio-educativas, farão jus as gratificações previstas no Anexo II.

CAPITULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Ficam criados cargos em comissão, que poderão ser escalonados pelo Diretor Geral da Autarquia em simbologia CEC-1, CEC-2, CEC-3, CEC-4 e CEC-5, com remuneração respectivamente de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais); R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais); R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) e R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), com valor referencial mensal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Ficam criadas as funções de confiança, que serão exercidas exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo, em vista de atribuições adicionais, em caráter transitório e de confiança, escalonadas em dez níveis, nas simbologias FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5, FC-6, FC-7, FC-8, FC-9 e FC-10, com as remunerações, respectivamente, de R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00 (trezentos reais), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais), R\$ 600,00 (seiscentos reais), R\$ 700,00 (setecentos reais), R\$ 800,00 (oitocentos reais), R\$ 900,00 (novecentos reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 12. Para atender às despesas de estruturação, organização e funcionamento do ISE e outras despesas decorrentes da aplicação desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial até o limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no corrente exercício, proveniente da Reserva de Contingência.

Art. 13. O desdobramento da estrutura organizacional básica e do funcionamento do ISE será disposto em Regimento Interno, aprovado por Decreto Governamental.

Art. 14. Os conselhos, fundos, programas, contratos, convênios e outros acordos, bem como o patrimônio móvel sob a responsabilidade da SEAS, ficam automaticamente transferidos ao ISE

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

ANEXO I – CARGOS EFETIVOS

1. NÍVEL SUPERIOR

CARGO	QUANT.	JORNADA	VENCIMENTO BÁSICO R\$
Advogado	06	40h semanais	1.588,20
Assistente Social	20		
Contador	02		
Engenheiro Civil	01		
Pedagogo	08		
Psicólogo	20		

2. NÍVEL MÉDIO

CARGO	QUANT.	JORNADA	VENCIMENTO BÁSICO R\$
Auxiliar Administrativo	44	40h semanais	588,00
Técnico em Informática	04		
Motorista	14		
Agente Socio-Educativo	310		

ANEXO II
TABELA DE GRATIFICAÇÕES DO ISE

GRATIFICAÇÕES	CARGOS		
	AGENTE SOCIO-EDUCATIVO	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR
Atividade Operacional	100% do vencimento básico	50% do vencimento básico	50% do vencimento básico

Risco de Vida	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Atividade Sócio-Educativa	R\$ 230,00		

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES: "

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTEs:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 115/2008

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Fixa o subsídio do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício financeiro de 2009."

PARECER N. 200/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 115 /2008, de autoria da Mesa Diretora, que "Fixa o subsídio do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado, para o exercício financeiro de 2009."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI N. 115/2008

AUTORIA: MESA DIRETORA

EMENTA: "Fixa o subsídio do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado para o exercício financeiro de 2009."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal do Governador do Estado corresponderá a oitenta e cinco por cento do subsídio mensal do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Governador corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio do Governador do Estado do Acre.

Art. 3º O subsídio dos Secretários de Estado corresponderá a oitenta por cento do subsídio do Governador do Estado do Acre.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2009.

Art. 6º Revoga-se a Lei n. 1.973, de 27 de dezembro de 2007.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSE LUIS (PMN)

LUIZ CALIXTO (PDT)

DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTEs:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)

NEY AMORIM (PT)

HELDER PAIVA (BPR)

WALTER PRADO (PSB)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PARECER N. 201/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei n. 123/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Altera dispositivo da Lei n. 1.956, de 4 de dezembro de 2007 e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em _____

Deputado Moisés Diniz
Presidente

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei n. 1.956, de 4 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I
CRONOGRAMA DE REENQUADRAMENTO

INÍCIO (MÊS)	CATEGORIA PROFISSIONAL
MARÇO/2008	AUXILIAR/TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ABRIL/2008	ENFERMAGEM – NÍVEL SUPERIOR
MAIO/2008	ODONTOLOGIA/FISIOTERAPIA
JUNHO/2008	FONOAUDIÓLOGO/FARMACÊUTICO/PSICÓLOGO/NUTRICIONISTA/ASSISTENTE SOCIAL/BIOMÉDICO/BIOQUÍMICO/BIOLOGO
JANEIRO/2009	TÉCNICO DE RADIOLOGIA

Art. 2º O Anexo Único da Lei Complementar n. 167, de 24 de julho de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

TABELA DE ADICIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

GRUPO	ADICIONAL DE JORNADA DE TRABALHO			ADICIONAL DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
	20 horas para 40 horas	30 horas para 40 horas	30 horas para 44 horas	
GRUPO I	100% sobre o vencimento básico	33,33% sobre o vencimento básico	46,66% sobre o vencimento básico	30% sobre o valor da soma obtida do vencimento base e adicional de jornada de trabalho
GRUPO II	100% sobre o vencimento básico	33,33% sobre o vencimento básico	46,66% sobre o vencimento básico	30% sobre o valor da soma obtida do vencimento base e adicional de jornada de trabalho
GRUPO III	100% sobre o vencimento básico	33,33% sobre o vencimento básico	46,66% sobre o vencimento básico	30% sobre o valor da soma obtida do vencimento base e adicional de jornada de trabalho
GRUPO IV	100% sobre o vencimento básico	33,33% sobre o vencimento básico	46,66% sobre o vencimento básico	30% sobre o valor da soma obtida do vencimento base e adicional de jornada de trabalho
GRUPO V	100% sobre o vencimento básico	33,33% sobre o vencimento básico	46,66% sobre o vencimento básico	30% sobre o valor da soma obtida do vencimento base e adicional de jornada de trabalho
GRUPO VI	100% sobre a remuneração	33,33% sobre a remuneração	46,66% sobre a remuneração	30% sobre o valor obtido na remuneração

TABELA ADICIONAL DE PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE

GRUPO	ADICIONAL DE PLANTÃO DE DISPONIBILIDADE			
	1 SEMANA	2 SEMANAS	3 SEMANAS	4 SEMANAS
Nível Médio	100,00	200,00	300,00	400,00
Nível Superior	200,00	400,00	600,00	800,00
Médico/Cirurgião/Dentista	400,00	800,00	1.200,00	1.600,00

TABELA DE ADICIONAL DE PLANTÃO EMERGENCIAL GRUPOS I, II, III – 12 HORAS

GRUPO	TABELA DE VALORES DE PLANTÕES	
	Semana	noturno, finais de semana e feriados
GRUPO I	40,00	50,00
GRUPO II	45,00	56,25
GRUPO III	60,00	75,00

TABELA ADICIONAL DE PLANTÃO EMERGENCIAL
GRUPO IV – 12 HORAS

GRUPO	TABELA DE VALORES DE PLANTÕES
GRUPO IV - NÍVEL SUPERIOR	300,00
GRUPO IV - Médico/Cirurgião - Dentista	380,00

TABELA DE ADICIONAL DE PLANTÃO EMERGENCIAL TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

GRUPO	TABELA DE VALORES DE PLANTÕES	
	Semana diurna	noturno, finais de semana e feriados
Técnico de Enfermagem	65,00	81,00

ADICIONAL DE PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS ELETIVOS - 10 HORAS

GRUPO	VALORES
GRUPO IV - NÍVEL SUPERIOR	300,00
GRUPO IV - Médico/Cirurgião - Dentista	380,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos específicos constantes de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTEs:

Deputados:

PERPÉTUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências."

PARECER N. 202/2008

REDAÇÃO FINAL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação apresenta a seguinte Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n.11/2008, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências."

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

APROVADO

Em 11/12/2008

Deputado Moisés Diniz
Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 11/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Princípios Gerais e Fundamentais

Art. 1º Esta lei complementar dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo,

compreendendo os órgãos e entidades que compõem a esfera de sua atuação, orientada pelos princípios constitucionais e voltada para o estabelecimento de políticas que proporcionem o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do Estado, a redução das desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores sociais.

Art. 2º São fundamentos político-institucionais da administração pública estadual:

- I - integração de ações estruturantes de forma multisetorial e estratégica;
- II - universalização de oportunidades e eficiência para acessibilidade a direitos;
- III - alinhamento de planejamento, gestão e controle;
- IV - modernização de procedimentos;
- V - flexibilização estrutural; e
- VI - ênfase nos processos informacionais e de interlocução.

Art. 3º Constituem a estrutura administrativa do Poder Executivo a Governadoria, os órgãos essenciais à Justiça, os órgãos militares, a Polícia Civil do Estado do Acre, a Controladoria Geral do Estado, a Ouvidoria do Estado, as Secretarias de Estado e a Administração Indireta.

Parágrafo único. As entidades da administração indireta compreendem as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista e vinculam-se à Secretaria de Estado em cuja área de atuação estiver enquadrada sua principal atividade.

Art. 4º A administração pública estadual rege-se pelos princípios gerais previstos nas Constituições Federal e Estadual, e tem como instrumentos precípuos o planejamento, a coordenação, a delegação de competência, a descentralização, a cooperação, o controle, a supervisão e a gestão por resultado.

§ 1º A delegação de competência será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, com o objetivo de assegurar maior eficiência e eficácia às diretrizes governamentais.

§ 2º Observadas as normas constitucionais, é facultado ao Governador, aos Secretários de Estado e às autoridades da administração estadual em geral delegar competência para a prática de atos administrativos, conforme se dispuser em regulamento.

§ 3º O ato de delegação de competência indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

§ 4º Os órgãos estaduais, atuando em cooperação, conservarão a autoridade normativa e exercerão controle e fiscalização indispensáveis à execução local dos seus programas, condicionando-se a liberação de recursos ao fiel cumprimento dos programas e convênios.

§ 5º Para a realização de serviços, obras e outras atividades de sua competência, a administração procurará realizar as tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta.

§ 6º A execução de programas descentralizados será garantida por meio de mecanismos que assegurem a capacitação administrativa e a utilização dos recursos materiais locais ou regionais, visando reduzir os níveis de disparidade regional.

§ 7º Todos os órgãos e entidades da administração estadual estão sujeitos à supervisão e controle de execução e de resultado do respectivo titular e atuarão, na prática dos atos de gestão, de forma articulada com os demais órgãos, entidades e programas estruturantes do governo.

§ 8º O Secretário de Estado é responsável perante o Governador pela supervisão do órgão e das entidades vinculadas à sua área de atuação, exceto os submetidos à supervisão direta do Chefe do Poder Executivo.

§ 9º A administração voltada para gestão de resultado abrange um conjunto de metodologias, estratégias e ações funcionais para a efetividade e eficácia das políticas públicas, com ênfase na redução das desigualdades regionais e sociais e no desenvolvimento emancipatório.

CAPÍTULO II

Da Administração Pública Estadual

Art. 5º A administração tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Governadoria do Estado:

- a) Gabinete do Governador;
- b) Gabinete do Vice-Governador; e
- c) Ouvidoria.

II - órgãos essenciais à Justiça:

- a) Ministério Público Estadual - MPE;
- b) Procuradoria Geral do Estado - PGE; e
- c) Defensoria Pública do Estado do Acre.

III - órgãos militares:

- a) Polícia Militar - PM; e
- b) Corpo de Bombeiros Militar - CBM.

IV - Secretarias de Estado:

- a) Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI;
- b) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;
- c) Secretaria de Estado da Gestão Administrativa - SGA;
- d) Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;
- e) Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP;
- f) Polícia Civil do Estado do Acre;
- g) Secretaria de Estado de Educação - SEE;
- h) Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE;
- i) Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer - SETUL;
- j) Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT;
- l) Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA;
- m) Secretaria de Estado de Floresta - SEF;
- n) Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF;
- o) Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP;
- p) Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras Públicas - SEOP;
- q) Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHAB;
- r) Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH;
- s) Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS; e
- t) Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM.

Art. 6º Integram a estrutura do gabinete do Governador:

- I - Secretaria de Governo;
- II - Gabinete Civil;
- III - Gabinete Militar;
- IV - Controladoria Geral;
- V - Assessoria de Imprensa;
- VI - Assessoria da Mulher;
- VII - Assessoria de Assuntos Indígenas; e
- VIII - Assessoria da Juventude;

Art. 7º Os órgãos de que trata esta lei complementar poderão conter na sua estrutura organizacional:

- I - Secretaria Adjunta;
- II - Diretoria;
- III - Departamento; e
- IV - Divisão.

§ 1º O Poder Executivo disporá sobre o desdobramento, a denominação e a especificação das unidades componentes da estrutura dos órgãos da administração direta de que trata esta lei complementar, atendendo à necessidade, conveniência e especificidade de cada órgão.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos de assessoramento constantes do art. 6º.

Art. 8º Os órgãos a que se refere esta lei complementar têm sua composição estabelecida mediante:

- I - criação de:
 - a) Gabinete Civil;
 - b) Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT;
 - c) Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH;
 - d) Controladoria Geral do Estado; e
 - e) Ouvidoria do Estado.

II - transformação da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais para Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI;

III - desmembramento de competência e alteração de denominação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável para Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;

IV - fusão das Secretarias de Estado da Gestão Administrativa e de Modernização e Tecnologia de Informação, mantida a denominação de Secretaria de Estado da Gestão Administrativa - SGA;

V - alteração da denominação da Secretaria de Estado da Fazenda e Gestão Pública para Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ;

VI - desmembramento das competências referentes à justiça e à segurança pública para órgãos distintos denominados, respectivamente, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH;

VII - fusão e transformação da Secretaria Extraordinária de Esporte e da Secretaria de Turismo em órgão único, com alteração da denominação para Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer - SETUL;

VIII - alteração da denominação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais para Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA;

IX - alteração da denominação de Secretaria de Floresta para Secretaria de Estado de Floresta - SEF;

X - fusão da Secretaria de Extrativismo e Produção Familiar e da Secretaria de

Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal em um órgão único, para atendimento das respectivas competências, com alteração da denominação para Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF;

XI - alteração da denominação de Secretaria de Agropecuária para Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP;

XII - fusão e transformação da Secretaria de Infra-Estrutura e Integração, da Secretaria de Obras Públicas e Secretaria Extraordinária das Cidades e Habitação em um órgão único para atendimento das respectivas competências, com alteração da denominação para Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, Obras Públicas e Habitação - SEOPH;

XIII - alteração da denominação de Secretaria de Estado de Cidadania e Secretaria de Assistência Social para Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS;

XIV - extinção da Secretaria Extraordinária de Gestão Governamental e desmembramento de suas competências para a Secretaria de Governo e Gabinete Civil;

XV - extinção das Secretarias Extraordinárias da Mulher, da Juventude e dos Povos Indígenas.

XVI - desmembramento de competências da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, Obras Públicas e Habitação - SEOPH, para órgãos distintos, denominados, respectivamente, Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras Públicas - SEOP e Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHAB; e

XVII - alteração da denominação de Secretaria de Estado de Assistência Social para Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a utilização do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, dos órgãos resultantes deste artigo.

CAPÍTULO III Da Administração Indireta

Art. 9º A descentralização da administração consistirá na transferência de atividades e serviços da administração direta para a administração indireta, de acordo com a legislação específica.

Art. 10. A supervisão do Secretário de Estado às entidades da administração indireta dar-se-á através de orientação, coordenação e controle das atividades vinculadas e, em especial, ao seguinte:

- I - monitoramento da realização dos objetivos legais da entidade supervisionada, bem como da harmonia de suas atividades com a programação do governo;
- II - acompanhamento da eficiência administrativa;
- III - aprovação da proposta orçamentária anual e a programação financeira da entidade;
- IV - fixação, em nível compatível com os critérios de operação econômica, as despesas com pessoal e outros custos;
- V - realização de auditoria e avaliação periódica de rendimento e produtividade; e
- VI - intervenção, por motivo de interesse público.

Art. 11. São vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT:

- I - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC;
- II - Instituto de Defesa-Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF;
- III - Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA;
- IV - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre - CODISACRE;
- V - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - FADES;
- VI - Agência de Negócios do Estado do Acre S.A. - ANAC; e
- VII - Junta Comercial do Estado do Acre - JUCEAC.

Art. 12. São vinculados à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ:

- I - Banco do Estado do Acre S.A. - BANACRE;
- II - Companhia de Colonização do Acre - COLONACRE; e
- III - Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA.

Art. 13. São vinculados à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras Públicas - SEOP:

- I - Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE;
- II - Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre - AGEAC;
- III - Departamento Estadual de Água e Saneamento - DEAS; e
- IV - Companhia de Saneamento do Acre - SANACRE;

Art. 14. São vinculadas à Secretaria de Estado de Educação - SEE:

- I - Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM;
- II - Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre - FDRHCD; e
- III - Instituto Dom Moacir Grecchi - IDM.

Art. 15. São vinculados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA:

- I - Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC; e
- II - Instituto de Terras do Acre - ITERACRE.

Art. 16. São vinculadas à Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF:

- I - Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - CAGEACRE; e
- II - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Acre - EMATER

Art. 17. São vinculadas à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA:

- I - Fundação Escola do Servidor Público do Estado do Acre - FESPAC; e
- II - Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA.

Art. 18. É vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

Art. 19. É vinculada à Secretaria de Estado de Saúde – SESACRE, a Fundação Hospital Estadual do Acre - FUNDHACRE.

Art. 20. É vinculada à Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social – SEHAB, a Companhia de Habitação do Acre - COHAB.

Art. 21. São vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento para Segurança Social - SEDSS:

- I - Instituto de Administração Penitenciária - IAPEN;
- II - Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre - ISE; e
- III - Fundação do Bem-Estar Social do Acre – FUNBESA

CAPÍTULO IV

Das Competências dos Órgãos da Administração Direta

Art. 22. Aos órgãos integrantes da Governadoria e às Secretarias de Estado, dentre outras atribuições, compete:

I - Secretaria de Governo:

- a) articular a coordenação e integração das ações de governo;
- b) prestar assistência e assessoramento direto ao Governador em assuntos de seu expediente particular; e
- c) coordenar e supervisionar as atividades administrativas do gabinete do Governador.

II - Gabinete Civil do Governador:

- a) exercer as funções de representação política do Governador com os demais poderes, autoridades civis e militares;
- b) coordenar a elaboração da mensagem anual do Governador à Assembleia Legislativa e de projetos de lei;
- c) verificar, previamente, a constitucionalidade e a legalidade dos atos governamentais, a análise do mérito da oportunidade e da compatibilidade das propostas, com as diretrizes governamentais;
- d) promover a elaboração e publicação dos atos oficiais; e
- e) realizar os contratos de publicidade e comunicação do Estado.

III - Gabinete Militar:

- a) prestar assessoramento ao Governador no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar;
- b) coordenar a execução dos serviços de segurança pessoal do Governador, do vice-Governador, de seus familiares e das autoridades em visita oficial ao Estado; e
- c) apoiar as ações de segurança pessoal de autoridades federais ou estrangeiras, em visita ao Estado, caso requisitado.

IV - Assessoria de Imprensa:

- a) preparar a expedição de notas oficiais e comunicados para os meios de comunicação;
- b) coordenar a divulgação dos atos do Governo veiculados pelos meios de comunicação e outros serviços de terceiros; e
- c) coordenar as relações do governo com os meios de comunicação.

V - Assessoria da Mulher:

- a) propor ações voltadas à redução das desigualdades de gênero no âmbito das políticas públicas; e
- b) propor a incorporação da questão de gênero nos planos, programas, projetos e atividades de órgãos e entidades do governo.

VI - Assessoria de Assuntos Indígenas:

- a) propor ações para a proteção e promoção da cultura dos povos indígenas; e
- b) propor ações voltadas à análise de impactos na comunidade indígena dos planos, programas, projetos e atividades de órgãos e entidades do governo.

VII - Assessoria da Juventude:

- a) propor ações voltadas à política da juventude nos planos, programas, projetos e atividades de órgãos e entidades do governo; e
- b) propor a cooperação com organismos nacionais, públicos e privados, voltada à implementação de políticas de juventude.

VIII – Controladoria Geral do Estado:

- a) planejar, coordenar e executar as funções de controle e correição administrativa nos órgãos e nas entidades da administração pública do Poder Executivo;
- b) zelar para que a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da receita e da despesa pública ocorra segundo os princípios da administração pública; e
- c) acompanhar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta.

IX - Gabinete do Vice-Governador:

- a) prestar assistência direta e imediata ao vice-Governador nas suas relações políticas e sociais;
- b) encaminhar, monitorar e recepcionar os expedientes encaminhados ao vice-Governador e dar cumprimento às ordens e determinações dele emanadas; e
- c) promover os atos administrativos necessários ao funcionamento da vice-Governadoria.

X - Ouvidoria do Estado:

- a) receber denúncias e reclamações relacionadas a atos da administração pública estadual e dar o devido encaminhamento; e
- b) intermediar a relação entre o cidadão e a administração pública, permitindo o registro ou publicidade de sugestões, denúncias ou reclamações contra os agentes públicos.

XI - Secretaria de Estado de Articulação Institucional - SAI:

- a) assistir diretamente ao Governador na coordenação política do governo;
- b) assegurar o relacionamento do governo com os poderes políticos, com os órgãos governamentais e a sociedade civil;
- c) assegurar o relacionamento entre os órgãos e entidades da administração e destes com outras instituições governamentais, poderes e sociedade civil; e
- d) organizar eventos que permitam a interlocução com os diferentes atores e interesses sociais, de modo a permitir a realização de projetos coletivos de interesse da sociedade acreana.

XII - Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN:

- a) coordenar a elaboração do plano de governo;
- b) coordenar a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual, do Plano Operativo Anual e do Orçamento do Estado;
- c) coordenar as atividades do escritório de apoio em Brasília, unidade orçamentária com autonomia administrativa e financeira, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

- 1. representar o Governador e demais autoridades estaduais, quando para isso for designado;
- 2. acompanhar a liberação de recursos e projetos de interesse do Estado; e
- 3. prestar assistência técnica, administrativa e financeira para as áreas e ações do Estado.
- d) coordenar e apoiar o zoneamento ecológico-econômico do território estadual;
- e) monitorar o cumprimento dos objetivos e metas das áreas estratégicas e dos programas e projetos prioritários;
- f) monitorar e avaliar os resultados das políticas implementadas pela administração estadual; e,
- g) promover e coordenar a cooperação interinstitucional técnica, financeira e administrativa visando o fortalecimento das ações do Estado e a captação de recursos nacionais e internacionais.

XIII - Secretaria de Estado da Gestão Administrativa - SGA:

- a) planejar, normatizar, gerenciar, controlar e orientar:
 - 1. a política estratégica de gestão de pessoas do Poder Executivo;
 - 2. os processos administrativos e gerenciais dos órgãos do Poder Executivo;
 - 3. a gestão do patrimônio mobiliário do Poder Executivo; e
 - 4. a gestão de arquivo do Poder Executivo.
- b) definir a política de tecnologia da informação e fixar as diretrizes gerais para a informatização do governo estadual, inclusive das entidades da administração indireta;
- c) coordenar a formulação, a implementação e a supervisão das políticas públicas de governo eletrônico do Poder Executivo; e
- d) estabelecer e coordenar a política estratégica de compras do Poder Executivo.

XIV - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ:

- a) formular e executar as políticas de administração tributária, econômica e financeira do Estado;
- b) gerenciar a administração financeira e o controle de gastos do Poder Executivo;
- c) coordenar a gestão previdenciária; e
- d) normatizar, coordenar, orientar e controlar a administração financeira e contábil das empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Executivo.

XV - Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP:

- a) planejar, formular e executar a política e diretrizes de segurança pública, coordenando e integrando as atividades da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar;
- b) promover campanhas educacionais relativas à sua área de atuação em parceria com as

secretarias e demais instituições governamentais e não-governamentais; e
c) gerenciar o serviço de inteligência do sistema de segurança pública do Estado do Acre.

XVI - Polícia Civil do Estado do Acre:

- a) exercer as funções de polícia judiciária para apuração de infrações penais em todo o território do Estado do Acre, exceto as militares;
- b) executar políticas públicas ligadas ao Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado do Acre; e
- c) atuar visando à preservação da inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade das pessoas.

XVII - Secretaria de Estado de Educação - SEE:

- a) planejar, executar, supervisionar e controlar as políticas públicas relativas à educação;
- b) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as ações no Estado e nos Municípios;
- c) autorizar, reconhecer e fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio da rede pública e particular;
- d) propor política de expansão do ensino superior no Estado, por meio de parceria com outras instituições públicas; e
- e) promover a autonomia das escolas através de programas de transferências de recursos e responsabilidades.

XVIII - Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE:

- a) formular, coordenar e executar a política de saúde, de acordo com as diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde - SUS, aprovadas pelo Conselho Estadual de Saúde, através de medidas de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde da população;
- b) executar ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
- c) organizar e coordenar o sistema de informações em saúde, especialmente os de natureza epidemiológica e promover as ações indispensáveis à adoção das medidas corretivas;
- d) apoiar os municípios na implantação e execução de ações básicas de saúde;
- e) promover a gestão democrática com descentralização da gestão dos recursos e das ações de saúde; e
- f) regular a rede de serviços de saúde.

XIX - Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer - SETUL:

- a) planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar planos e programas de incentivo ao esporte, turismo e lazer no Estado;
- b) promover e executar o esporte e o lazer comunitário;
- c) estimular as iniciativas públicas e privadas destinadas ao desenvolvimento de atividades desportivas e de lazer que colaborem para a formação do cidadão;
- d) estimular as iniciativas públicas e privadas voltadas ao desenvolvimento do turismo no Estado; e
- e) estimular as iniciativas destinadas a preservar o ambiente natural e a fisionomia social e cultural dos locais turísticos e das populações afetadas pelo seu desenvolvimento, em articulação com os demais órgãos e entidades competentes.

XX - Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT:

- a) formular e promover a execução de políticas de desenvolvimento da indústria, do comércio, dos serviços e de incentivos industriais;
- b) promover e coordenar a execução das atividades relacionadas à metrologia legal, controle e qualidade de bens e serviços;
- c) promover, coordenar e supervisionar a política e o plano estadual de ciência e tecnologia de acordo com as diretrizes do sistema nacional de ciência e tecnologia;
- d) promover a articulação entre o setor público e o setor produtivo, visando o desenvolvimento de programas e projetos, bem como a transferência de tecnologias, para o desenvolvimento sustentável do Estado;
- e) promover e apoiar a modernização do sistema de informações cartográficas e sócio-econômicas do Estado e realizar sua difusão;
- f) estabelecer diretrizes e coordenar as ações voltadas à qualificação profissional, geração de emprego e renda; e,
- g) promover e supervisionar a política estabelecida para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FDCT.

XXI - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA:

- a) elaborar, coordenar e supervisionar a política estadual de meio ambiente, biodiversidade, serviços ambientais e unidades de conservação, de acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de acesso aos recursos genéticos do Estado do Acre;
- c) elaborar, monitorar e orientar o zoneamento ecológico-econômico do território estadual; e
- d) propor as políticas de controle, monitoramento, fiscalização, licenciamento e educação ambiental, bem como de ordenamento e reordenamento territorial do Estado do Acre.

XXII - Secretaria de Estado de Floresta - SEF:

- a) elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes à produção florestal madeireira e não madeireira e às florestas públicas estaduais;
- b) elaborar, promover e coordenar a execução de programas de desenvolvimento florestal sustentável;
- c) promover e coordenar o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos florestais; e
- d) administrar, direta ou indiretamente, as florestas públicas estaduais.

XXIII - Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF:

- a) elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas para as atividades de produção familiar, em consonância com as políticas de meio ambiente, recursos florestais e produção agropecuária;
- b) planejar, coordenar e executar o programa estadual de assistência técnica e extensão rural-florestal, em consonância com a política nacional de assistência técnica e extensão rural;
- c) promover a construção do desenvolvimento rural-florestal com base nos princípios da agroecologia e do manejo florestal;
- d) promover ações de segurança alimentar na área de agricultura de subsistência; e
- e) planejar e executar a política de extensão, assistência técnica e armazenamento.

XXIV - Secretaria de Estado de Agropecuária - SEAP:

- a) elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas para o setor agropecuário;
- b) promover e coordenar o processo de produção, criação, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos agropecuários; e
- c) fomentar e promover técnicas de proteção, conservação e manejo do solo.

XXV - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, Obras Públicas - SEOP:

- a) prover subsídios para a formulação e execução das políticas governamentais estratégicas nas áreas de transporte, energia, saneamento, recursos hídricos e obras públicas;
- b) realizar o planejamento e estabelecer a logística necessária ao desenvolvimento de ações em infra-estrutura;
- c) planejar, elaborar e coordenar projetos técnicos de obras públicas do Estado, a partir de planejamentos setoriais; e,
- d) estabelecer interface, com os órgãos afins, necessária ao desenvolvimento de ações em infra-estrutura.

XXVI - Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH:

- a) promover e executar a política estadual de defesa da cidadania e dos direitos humanos;
- b) coordenar e supervisionar a execução das políticas e programas que garantam plena cidadania às vítimas e testemunhas ameaçadas; e
- c) planejar, elaborar, coordenar e executar a política do sistema estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

XXVII - Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Segurança Social - SEDSS:

- a) propor e coordenar a política de enfrentamento às situações de vulnerabilidade social e pobreza;
- b) estabelecer diretrizes e coordenar as políticas estaduais de assistência e proteção social à criança, adolescente e suas famílias;
- c) coordenar e fortalecer as redes sócio-educativas e assistenciais e de garantia dos direitos da criança e dos adolescentes;
- d) zelar pelo cumprimento das diretrizes, normas e procedimentos referentes ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS e ao Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo - SINASE, na área de atuação do Estado;
- e) assessorar, monitorar e avaliar as políticas de assistência, proteção e inclusão social;
- f) promover a inclusão social produtiva das famílias em vulnerabilidade social e econômica visando a sua emancipação e autonomia sócio-financeira;
- g) desenvolver e fortalecer as competências familiares para que com o apoio da comunidade e do governo, sejam responsáveis pela vida e desenvolvimento sócio-familiar e comunitário das crianças e dos adolescentes;
- h) planejar e avaliar a aplicação de políticas de atenção às pessoas que cumprem medidas restritivas e privativas de liberdade, bem como de atenção aos egressos e seus familiares;
- i) desenvolver ações sócio-educativas de prevenção da incidência e da reincidência de prática de delitos, bem como da delinquência juvenil;
- j) planejar e avaliar programas, projetos e ações de ressocialização e reinserção social de adolescentes e jovens envolvidos nas práticas de infrações e crimes.

XXVIII - Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM:

- a) elaborar e executar a política oficial de comunicação do governo;

- b) elaborar, executar e gerenciar a política de comunicação do Estado através do sistema público de radiodifusão e televisão;
- c) elaborar e alimentar o portal do Governo do Estado do Acre na internet; e
- d) coordenar as informações oriundas dos órgãos e entidades da administração pública a serem disponibilizadas via web.

XXIX - Secretaria de Estado de Habitação de Interesse Social - SEHAB:

- a) planejar, executar e coordenar a política habitacional estadual;
- b) representar o Estado junto às instituições financeiras públicas na operacionalização de programas de habitação de interesse social e desenvolvimento urbano; e
- c) congregar esforços dos diversos segmentos sociais, para adoção de políticas eficientes e solidárias, visando o desenvolvimento urbano e habitacional popular.

CAPÍTULO V
Dos Cargos e Funções

Art. 23. Para atender a estrutura da administração direta ficam criados os seguintes cargos, de livre nomeação e exoneração:

- I - dezessete cargos de Secretário de Estado;
- II - dois cargos de Secretário de Estado extraordinário;
- III - dezesseis cargos de Secretário adjunto;
- IV - um cargo de Secretário de Governo;

- V - um cargo de Chefe do Gabinete Civil;
- VI - um cargo de Chefe do Gabinete Militar;
- VII - um cargo de Controlador-Geral do Estado;
- VIII - um cargo de Ouvidor do Estado;
- IX - quatorze cargos de Assessor Especial; e
- X - vinte e um cargos de Diretor.

Parágrafo único. Os cargos de Secretário de Estado e de Secretário Extraordinário de Estado correspondem em nomenclatura às respectivas secretarias.

Art. 24. O Secretário de Governo, Secretário Extraordinário, Procurador-Geral do Estado, Defensor Público-Geral, Controlador-Geral, Chefe do Gabinete Civil, Chefe do Gabinete Militar, Comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e o Delegado-Geral da Polícia Civil terão as mesmas prerrogativas, garantias, direitos e remuneração de Secretário de Estado.

Art. 25. Os cargos abaixo relacionados terão a seguinte remuneração:

- I - Secretário Adjunto e Assessor Especial, equivalente a noventa por cento da remuneração de Secretário de Estado; e
- II - Ouvidor do Estado e Diretor, equivalente a oitenta por cento da remuneração de Secretário de Estado.

Art. 26. Ficam criados quinhentos e sessenta cargos em comissão, que poderão ser escalonados pelo Poder Executivo em simbologia CEC-1, CEC-2, CEC-3, CEC-4 e CEC-5, com remuneração respectivamente de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais); R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais); R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais); R\$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais) e R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

§ 1º A instalação e preenchimento dos cargos criados no caput deste artigo terá o valor referencial mensal de R\$ 1.535.884,00 (um milhão, quinhentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), não incluídos os encargos sociais e previdenciários correspondentes.

§ 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a acrescer o número limite de cargos em comissão estabelecidos no caput em até trinta por cento, atendidos os princípios da conveniência e oportunidade.

Art. 27. O servidor remunerado pelo exercício de cargo em comissão não poderá perceber quaisquer outras vantagens, sob qualquer título, além da remuneração estabelecida em lei para esse cargo.

Art. 28. Ficam criadas funções de confiança, que serão exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo da administração direta e indireta, escalonadas em dez níveis, nas simbologias FC-1, FC-2, FC-3, FC-4, FC-5, FC-6, FC-7, FC-8, FC-9 e FC-10 com as remunerações, respectivamente, de R\$ 100,00 (cem reais), R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00 (trezentos reais), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), R\$ 500,00 (quinhentos reais), R\$ 600,00 (seiscentos reais), R\$ 700,00 (setecentos reais), R\$ 800,00 (oitocentos reais), R\$ 900,00 (novecentos reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 29. Ficam transformados os quarenta e oito Cargos de Representação Comissionado - CRC em Cargos em Comissão Intermediários, na simbologia - CCI, com remuneração de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. Os CCI destinam-se à garantia da efetiva prestação dos serviços públicos estaduais nos municípios do interior do Estado do Acre.

Art. 30. A remuneração do cargo do dirigente máximo das entidades da administração indireta observará ao seguinte:

- I - do DERACRE e FUNDHACRE corresponderá a cem por cento da remuneração de Secretário de Estado;
- II - do ACREPREVIDÊNCIA, DEAS, DETRAN, FEM, FUNTAC, IDÁF, IDM, IMAC, ITERACRE, IAPEN, ISE e JUCEAC corresponderá a noventa por cento da remuneração de Secretário de Estado; e
- III - da AGEAC, FADES, FESPAC, FUNBESA e FDRHCD corresponderá a oitenta por cento da remuneração do Secretário de Estado.

§ 1º A remuneração dos demais diretores das entidades constantes dos incisos I e II corresponderá a oitenta por cento da remuneração do Secretário de Estado.

§ 2º A remuneração dos demais diretores das entidades constantes do inciso III corresponderá a setenta por cento da remuneração do Secretário de Estado.

§ 3º A remuneração do Vice-Presidente, Secretário-Geral e Assessor Técnico da JUCEAC, corresponderá a oitenta por cento da remuneração de Secretário de Estado.

Art. 31. Os cargos de Chefe do Gabinete Militar do Governador e de Comandante-Geral da Polícia Militar poderão ser exercidos por oficiais superiores da reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Acre.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Gerais e Finais

Art. 32. O Poder Executivo disporá sobre alteração, desdobramento e criação de competências e atribuições dos órgãos da administração direta de que trata a presente lei complementar.

Art. 33. As competências e atribuições previstas na legislação e o acervo patrimonial do órgão, transformado pela Lei Complementar n. 171, de 31 de agosto de 2007 e alterações, bem como por esta lei complementar fica transferido, automaticamente, ao órgão que lhe sucedera, ou a outros, de acordo com o interesse e a necessidade da administração, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 34. Os conselhos, fundos, programas, contratos, convênios e outros acordos, sob a responsabilidade do órgão e unidades, transformado fica, automaticamente, transferidos aos órgãos e unidades que lhes sucederam, ou a outros, de acordo com o interesse e a necessidade da administração, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 35. Os servidores dos órgãos extintos, transferidos, desmembrados, incorporados, fundidos, transformados, alterados ou criados por força da vigência da Lei Complementar n. 171, de 2007, serão lotados de acordo com suas atribuições, por ato da administração.

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado a dissolver, extinguir ou privatizar as entidades abaixo relacionadas:

- I - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Acre - FADES;
- II - Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA;
- III - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Acre - CODISACRE;
- IV - Companhia de Armazéns Gerais do Acre - CAGEACRE;
- V - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; e
- VI - Empresa de Processamento de Dados do Acre - ACREDATA.

Art. 37. O Poder Executivo disporá sobre a vinculação das entidades em processo de extinção, de acordo com o interesse e a necessidade da administração.

Art. 38. Fica o Poder Executivo autorizado a redistribuir os cargos e seus titulares, dos órgãos da administração direta e das autarquias e fundações extintas, fundidas, absorvidas, incorporadas ou transformadas pela Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999 e suas alterações, bem como pela Lei Complementar n. 171, de 2007, e suas alterações e por esta lei complementar, para outros órgãos, autarquias e fundações, de acordo com suas atribuições, por ato específico da administração.

Art. 39. Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, em caráter especial, até duas Secretarias de Estado de natureza extraordinária para a condução de assuntos ou programas estratégicos de interesse público.

Art. 40. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos da lei, as autarquias denominadas "Agência de Assistência Técnica" e "Agência Estadual de Florestas" com definição de sua estrutura, organização e competência, podendo qualificá-la como agência executiva.

Art. 41. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, especificamente para dispor a implantação, regulamentação e execução da SEDSS.

Art. 42. Consideram-se mecanismos especiais de natureza transitória, os grupos de trabalho, programas e projetos, com objetivos e prazo de duração pré-fixados, utilizados para o cumprimento de missões de curta e média duração.

Art. 43. Os mecanismos especiais de natureza transitória criados por decreto, resolução e outros atos próprios, não serão considerados unidades administrativas, devendo, entretanto, seus chefes e técnicos receberem gratificações estabelecidas em projeto de custos.

§ 1º A gratificação será concedida pelo respectivo Secretário de Estado ou dirigente de entidade da administração indireta, após autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º Não farão jus à gratificação os cargos de natureza política.

Art. 44. Poderá o chefe do Poder Executivo reestruturar a Comissão Permanente de Licitação - CPL e instalar Comissões Especiais de Licitações, que procederão as licitações da administração direta e indireta.

Art. 45. Os servidores estaduais integrantes dos grupos magistério, saúde, polícia civil, tributação e fisco não poderão ser lotados, transferidos ou colocados à disposição de outros órgãos da administração pública estadual, ressalvados os casos de nomeação para cargos em comissão, os casos previstos em leis específicas, ou por interesse e conveniência da administração, mediante decreto governamental.

Art. 46. As minutas de projetos de lei, e de decretos regulamentares serão previamente examinadas pela Procuradoria Geral do Estado do Acre.

Art. 47. No âmbito da administração direta os editais de licitação relativos às modalidades Tomada de Preços e Concorrência, bem como os editais de pregão e as minutas de contratos, atas de registro de preços, convênios e demais ajustes e seus respectivos aditivos, cujos valores estejam compreendidos nos limites daquelas modalidades, serão submetidos à orientação da Procuradoria Geral do Estado do Acre.

Art. 48. Os estatutos, regulamentos e regimentos internos dos órgãos da administração direta, autarquias e fundações serão aprovados mediante decreto governamental, após apreciação técnica da SGA, ouvida a Procuradoria Geral do Estado do Acre.

Art. 49. As empresas públicas e sociedades de economia mista adequarão seus estatutos, regimentos ou regulamentos para implantação das diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 50. Nenhuma elevação de capital das empresas públicas ou sociedades de economia mista poderá ser aprovada em conselho ou assembléia geral, sem que os recursos estejam previstos no orçamento do Estado ou em outros instrumentos financeiros regularmente instituídos.

Art. 51. Os atos do chefe do Poder Executivo de nomeação dos atuais cargos em comissão denominados Gerência ficam transformados em Cargos em Comissão – CEC, mantidos o mesmo escalonamento e remuneração.

Art. 52. A Lei n. 1.341, de 19 de julho de 2000, que cria o Sistema de Defesa do Consumidor do Estado do Acre, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*Art. 1º Fica criado o Sistema de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Acre - SIDCEAC, órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, nos termos do que preceitavam os arts. 5º, inciso XXXII e 170, inciso V da Constituição Federal e art. 12 das Disposições Constitucionais e Gerais da Constituição Estadual, observando-se as normas gerais estabelecidas pela Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e o Decreto Federal n. 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 4º O PROCON Estadual integra a estrutura da SEJUDH.

Art. 9º A direção do PROCON será exercida por um diretor executivo, nomeado pelo Governador do Estado.

Art. 12. ...

II - um representante do Ministério Público do Estado do Acre;

VIII - um representante da Fundação de Cultura Elias Mansour;

XV - um representante da Procuradoria Geral do Estado do Acre;

XVI - um representante da Defensoria Pública do Estado do Acre;

XVII - um representante da Vigilância Sanitária; e

XVIII - um representante da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Acre;

...

§ 7º Fica facultada a indicação de outra entidade civil de direitos humanos ou de direitos sociais nos casos de inexistência de associações que preencham os requisitos das alíneas a e b, do inciso V, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.

...

Art. 24. O Secretário da SEJUDH, editará instruções normativas, bem como poderá celebrar contratos, convênios e ajustes objetivando a consecução dos fins desta lei e o desenvolvimento das ações a cargo do Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - DEPDIC.

..." (NR)

Art. 53. A Lei Complementar n. 128, de 29 de dezembro de 2003, que cria o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FDCT, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O FDCT, está vinculado à SDCT.

Art. 5º O CSF é composto por um membro titular e um suplente, indicados por cada um dos seguintes órgãos:

I - Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SDCT;

II - Fundação de Tecnologia do Acre - FUNTAC;

III - Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;

IV - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA;

V - Universidade Federal do Acre - UFAC;

VI - Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC;

VII - Federação da Agricultura do Estado do Acre - FAEAC;

VIII - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; e

IX - Assembléia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC.

...

§ 2º A presidência do CSF, será exercida pelo Secretário da SDCT.

...

Art. 8º A câmara técnica-administrativa do FDCT, é composta por três membros que serão indicados pelo CSF e nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de três anos.

..." (NR)

Art. 54. O caput do art. 10 da Lei n. 944, de 27 de julho de 1990, que autarquiza a Junta Comercial do Estado Acre – JUCEAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. A Assessoria Técnica da JUCEAC, é órgão preparador e relator dos documentos a serem submetidos à deliberação da Junta." (NR)

Art. 55. O inciso VII, do art. 19F, da Lei Complementar n. 95, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado do Acre, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19F...

...

VII - a aquisição ou locação de material permanente e de consumo, prestação de serviços e a realização de obras destinadas a atender às finalidades da Procuradoria Geral do Estado do Acre e de seu Centro de Estudos Jurídicos.

..." (NR)

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 57. Fica revogada a Lei Complementar n 171, de 31 de agosto de 2007 e suas alterações posteriores.

Sala das Comissões "Deputado Ilson Ribeiro",
11 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSE LUIS (PMN)

LUIZ CALIXTO (PDT)

DELOGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTEs:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)

NEY AMORIM (PT)

HELDER PAIVA (BPR)

WALTER PRADO (PSB)

CHAGAS ROMÃO (PMDB)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social

Diretor Responsável:

João Roberto Barbosa Bezerra

Inscrição 13198

Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:

Juscilina Barbosa Pinheiro

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Cear - 3.335.